

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 065

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Waldyr Pugliesi</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Ademar Luiz Traiano</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Luciana Rafagnin</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Luiz Carlos Zuk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Marcos Isfer</i> |

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE MAIO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação e chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

19 senhores deputados responderam à chamada.

Há quórum para continuidade da Sessão.

Está em votação a Ata que foi lida pelo deputado Antonio Anibelli.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/185, 186, 195 A 203 e 210/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

403/2001: de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.549. **Anote-se - Arquivo-se.**

404/2001: de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.550. **Anote-se - Arquivo-se.**

004/2000: de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar Programa de Incentivo à Agricultura Paranaense, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.551. **Anote-se - Arquivo-se.**

078/99: de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o município de Wenceslau Braz para, sob a forma de Campus Avançado da UEPG, implantar os cursos de Ciências Contábeis, Pedagogia e Letras, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.552. **Anote-se - Arquivo-se.**

113/2001: de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a incorporar, no currículo das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, a área de conhecimento "Cidade-Cidadania", conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.553. **Anote-se - Arquivo-se.**

319/2001: de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a transferir o município de Quatiguá da abrangência do Núcleo Regional de Jaguariaíva e incluir o referido município de Quatiguá no Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.554. **Anote-se - Arquivo-se.**

429/2000: de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que dispõe sobre obrigatoriedade do atendimento clínico e odontológico gratuito aos estudantes da Rede Pública de Ensino, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.555. **Anote-se - Arquivo-se.**

470/99: de autoria do deputado Moysés Leônidas, que dispõe sobre obrigatoriedade de expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador, datilografadas ou escritas manualmente em letra de

imprensa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.556. **Anote-se - Arquivo-se.**

527/2001: de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que dispõe que as Universidades Públicas Estaduais ficam obrigadas a publicar, trimestralmente os balancetes contábeis indicando o valor dos recursos recebidos, suas aplicações e respectivas despesas, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.557. **Anote-se - Arquivo-se.**

621/2001: de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que institui o Sistema Estadual de Registro de Câncer - Siscan, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.558. **Anote-se - Arquivo-se.**

708/2001: de autoria do deputado Custódio da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA, com sede e foro no município de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.559. **Anote-se - Arquivo-se.**

585/2001: de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Poder Executivo a criar Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Querência do Norte, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.560. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/207/2002, do senhor governador do Estado, restituindo o Projeto de Lei nº 296/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. **Ao Conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/208/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei Complementar nº 313/99, de autoria do deputado Ricardo Maia. **Ao Conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/209/2002, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei nº 098/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. **Ao Conhecimento do senhor deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/187/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 162/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/188/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 356/99, de autoria do deputado Antonio Anibelli, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/189/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria

do deputado Algaci Tulio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/190/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/191/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 068/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/192/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/193/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 121/2001, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/194/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 680/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/204/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 094/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/205/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 351/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/206/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 462/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 1296**

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUEREM Regime de Urgência para o Projeto de Resolução nº 099/2002, de autoria de diversos senhores deputados que dispõe sobre a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar o crime organizado e os assassinatos do deputado Tiago Amorim Novaes e na Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.05.2002

(aa) EDSON STRAPSSON, LUIZ CARLOS ZUK, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, ORLANDO PESSUTI, IRINEU COLOMBO, LUCIANA RAFAGNIN, SE-RAFINA CARRILHO, RENATO GAÚCHO, ÂNGELO VANHONI, ADEMIR BIER, ALGACI TULIO, AUGUSTINHO ZUCCHI, NEIVO BERALDIN, MARCOS ISFER e PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 324/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 017/2002, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as LFTA's (Letras do Tesouro de Alagoas) por LFT's (Letras do Tesouro Nacional).

Sala das Sessões, em 21.05.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 339/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 018/2002, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Receita Federal para cessão de imóvel no município de Medianeira, onde será instalado Posto de Fiscalização da Receita Federal.

Sala das Sessões, em 21.05.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 340/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 019/2002, que autoriza o

Poder Executivo a conceder gratificação a todos os professores da rede estadual de ensino, quer os do quadro próprio do magistério, quanto aos do quadro único de servidores, ou ainda aqueles contratados sob o regime da CLT.

Sala das Sessões, em 21.05.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja votado em regime de urgência o Projeto de Lei nº 341/2002, de minha autoria, que altera a redação do artigo 1º da Lei 13.529, de 26 de abril de 2002, que autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz - PR, de uma área de terras de sua propriedade, situada na cidade de Barbosa Ferraz, com área total de 20.340 m2, devidamente matriculada sob o nº 7049, do Livro 3-F do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão”.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1373

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, o uso da palavra, no Grande Expediente, dia 22, por 15 minutos, para o senhor Antônio Lúcio Zarantonello, presidente da Fetaep - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, onde fará a exposição dos objetivos do Movimento “Grito da Terra Paraná 2002”.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, REQUER a concessão de prazo suplementar de 60 (ses-

sentia) dias, de acordo com o artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

A prorrogação do prazo de sessenta dias é indispensável à conclusão dos trabalhos desta CPI, visto que a mesma está analisando uma diversidade de setores, apurando a fundo todos os documentos enviados. Apesar da supracitada Comissão reunir-se também durante o recesso parlamentar, verificou-se a escassez de tempo hábil para que a mesma pudesse realizar maior detalhamento embasado nas denúncias enviadas a esta CPI.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI
CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM que seja convidado pela presidência desta Casa o senhor Roberto Dimas Dell Santoro, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e presidente da Paranacidade, para que venha prestar esclarecimentos relativos ao Projeto de Lei nº 284/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 16/2002, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para implementação do programa de apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos municípios do Estado (Paraná Urbano II), no valor de cem milhões de dólares.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(aa) ORLANDO PESSUTI
JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, prefeito municipal de Esperança Nova, ocorrido ontem, dia 20 de maio de 2002.

O prefeito Tarciso Sales Medeiros Maia, faleceu aos 51 anos de idade, deixando viúva a senhora Leonilda Mardegan Maia e os filhos Luciano Mardegan Maia e Alessandra Mardegan Maia Gobbi.

É com imensa tristeza que prestamos nossa homenagem ao amigo, ao companheiro político, fiel em todas as situações, grande pai, esposo, grande administrador público, que faleceu no cumprimento do seu dever como prefeito municipal. O seu falecimento abre profunda lacuna em nosso ambiente de trabalho, onde o amigo Tarciso era sempre bem-vindo, muito falante e bem humorado, trazia consigo os inúmeros projetos para o município de Esperança Nova, sempre com muita energia para o trabalho, participava das audiências no Governo

do Estado e por onde passava fazia sempre novas amizades com seu jeito simples e natural.

Prefeito de Esperança Nova, município localizado a 60 quilômetros a sudoeste de Umuarama, Tarciso Sales Medeiros Maia, do PFL, foi o primeiro prefeito do município que foi desmembrado em 1996 de Pérola.

Município com 2,3 mil habitantes, elegeu o prefeito Tarciso por dois mandatos consecutivos, neste último com 70% dos votos válidos.

A nossa caminhada agora prossegue sem a mesma luz; perder um amigo é perder um pouco do brilho do nosso dia-a-dia. O nosso trabalho jamais será o mesmo sem a presença do pequeno e grande homem que ontem se despediu desta vida e será sempre lembrado por todos aqueles que tiveram o prazer de ter compartilhado da sua companhia.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente (A/C Margarida - Provo-par - Rua Pedro Vincki, s/nº - CEP 85400-000), com votos de profundo pesar à família Kosovoski, pelo falecimento do senhor Alfredo Kosovoski, do município de Guaraniaçu - PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do senhor Alfredo Kosovoski deixou consternada toda a população de Guaraniaçu. Há muitos anos no município, filho, marido, pai e avô exemplar, deixará em todos os seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparáveis. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção e honestidade.

As pessoas que conviveram com o senhor Alfredo, são testemunhas da sua benevolência e da sua integridade, grangeando com isso uma legião de amigos e admiradores.

Por tudo isso, através deste parlamentar, a Assembleia Legislativa do Estado cumpre o doloroso dever de associar-se à dor e ao pesar recebidos pela família Kosovoski e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1338

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Tarciso Sales Medeiros Maia, prefeito de Esperança Nova.

Outrossim, requer comunicação do feito à prefeitura municipal de Esperança Nova.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tarciso Sales Medeiros Maia, que morreu no último dia 20 de maio, aos 51 anos, era das pessoas mais conhecidas do mundo político de Esperança Nova e interior.

Tido como sonhador e idealista, muitos até o classificavam como homem ingênuo que acreditava no irrealizável e lutava para a sua concretização. O acontecimento entristece tanto os moradores de Esperança Nova como todos que o conheciam. Com certeza ele deixará uma grande saudade no coração dessas pessoas. É certo que Esperança Nova perdeu um grande cidadão que tinha como meta o melhor para o seu povo, não medindo esforços em qualquer situação que fosse voltada para o bem estar de seus munícipes, desde uma tenra criança até o mais idoso cidadão.

Tinha em mente sempre palavras de consolo, ou em um hospital, ou em qualquer lugar que percebesse o sofrimento de um ser humano, demonstrando sempre o seu espírito altruísta.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1342

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-deputado federal, advogado, filósofo e funcionário inativo deste Poder, Luiz Losso, ocorrido dia 19 de maio/2002, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos, faleceu, nesta Capital, dia 19 de maio/2002, o ex-deputado federal, advogado, filósofo e funcionário inativo deste Poder, Luiz Losso, que deixou viúva a senhora Maria Cavalin Losso, e os filhos advogados: Igo Losso (ex-vereador e deputado federal e estadual), Carlos Losso (ex-vereador), Ezequias Losso (ex-vereador e ex-deputado estadual), Miguel Losso e Santiago Losso (ex-vereador), além de 14 netos e 2 bisnetos.

Luiz Losso veio de Urussanga (SC) para Irati (PR), com 15 anos. Iniciou a vida como comerciante, fazendeiro e industrial com atividades nesse município, em Guarapuava, sendo um dos pioneiros da urbanização de Campo Mourão. Abandonando tudo quando decidiu ser advogado. Veio a Curitiba, onde cursou Direito na UFPR e Filosofia na PUC, iniciando a carreira jurídica no escritório do professor Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, em 1950. Idealista, atendeu direito de família, preferindo a conciliação dos casais antes de processos litigiosos de separação. Foi eleito deputado federal e assumiu de 72 a

74, atuando com Tancredo Neves na Comissão de Economia, onde foi o relator do projeto de lei do Tratado do Brasil com o Mercado Comum Europeu, muito elogiado na época.

O passamento de Luiz Losso veio abrir enorme lacuna no seio na família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos e correligionários. Restamos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar com tranquilidade, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Losso, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal "O Comércio", de União da Vitória, pela passagem do seu 71º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à diretora jornalista Sitamar L. B. Dalmas, para que receba e transmita aos demais diretores, jornalistas, colaboradores e funcionários, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 11 de junho de 1931, pelo saudoso jornalista Herminio Milis, o jornal "O Comércio" tem uma grande responsabilidade na consolidação dos ideais da população do sul paranaense, porque participa semanalmente do progresso da região, oferecendo contribuição inestimável para o fortalecimento das instituições e a preservação dos valores que formam as sociedades desenvolvidas, justas e unitárias.

A consciência da grandeza desta missão tem sido responsável pelo sucesso do jornal "O Comércio", que embasado na credibilidade conquistada durante 71 anos, tem desempenhado com elevada responsabilidade o papel de informar e formar a opinião pública, cumprindo brilhantemente os objetivos e os ideais de seus diretores.

Reiterando os cumprimentos e as felicitações, renovamos votos constantes de sucesso.

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, pela passagem do seu 55º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao senhor conselheiro Rafael Iatauro, presidente daquela Côrte de Contas, para que receba e cumprimente efusivamente todos os conselheiros, auditores, procuradores, funcionários, colaboradores e em especial os ex-conselheiros, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que foi criado pelo Decreto-Lei nº 627, de 02 de junho de 1947, comemora dia 02 de junho próximo, o seu 55º aniversário de fundação.

Devemos assinalar que a passagem do 55º aniversário de fundação do Tribunal de Contas, é motivo de orgulho para todos os paranaenses pelo que representa a nível nacional, inclusive na esfera internacional, principalmente como modelo de visão administrativa.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem se constituído em modelar instituição para as outras unidades da federação.

A classe política não pode perder a perspectiva de que a administração pública deve ser voltada para a causa da população, sem fugir da rigorosa aplicação da lei.

Pelo desempenho que vem apresentando o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contribui não só para a aplicação de justiça de contas, mas principalmente, fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

Na significativa data do 55º aniversário de fundação, orgulha-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, em associar-se às homenagens que merecidamente serão prestadas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no dia em que lhe é consagrado.

REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações ao Poder Judiciário e ao Conselho da Comunidade da Comarca de Capanema, extensivos às demais autoridades, órgãos e entidades dos municípios envolvidos, que, de qualquer forma, se engajaram na Campanha “Admita: o álcool é droga”.

Requer, ainda, que se dê conhecimento deste ao Dr. Márcio Geron, juiz de Direito da Comarca de Capanema.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Recebemos, do Dr. Márcio Geron, juiz de Direito da Comarca de Capanema, expediente informando sobre o lançamento de uma campanha denominada “Admita: o álcool é droga”, que envolve os municípios de Capanema, Planalto, Pérola do Oeste e Bela Vista da Caroba e que tem por objetivo alterar e comprovar para pais, jovens e a sociedade em geral que o álcool é realmente droga, sendo causa de dependência, doença, violência e morte, e que portanto, devemos lutar contra a sua tolerância.

Esse mesmo expediente conclama nossa ação parlamentar, no sentido de dar ampla divulgação à campanha, bem como formalizar posição contrária à propaganda de bebidas alcoólicas pelo rádio e pela televisão, vez que é indiscutível ser o álcool a porta de entrada para os demais vícios.

Efetivamente, campanhas como esta vêm ao encontro da idéia de que não basta criticar; é necessário que se tome providências para evitar que o mal se propague.

Meritória, portanto, e digna de aplauso, essa campanha envolvendo os municípios sudoestinos de Capanema, Planalto, Pérola d'Oeste e Bela Vista da Caroba, aos quais certamente nos uniremos, esperando contar também com o apoio desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Fundação Força Trabalhista do Paraná - Fotrapar e União das Associações de Empregados da CIC, Região Metropolitana e Estado do Paraná - Unaecic, pela realização de Sessão Especial nesta Casa de Leis, para comemorar o Dia do Trabalhador.

Requer ainda, que seja dada ciência ao senhor Walter César, presidente da Fotrapar e Unaecic (Rua Luiz Del Gobbo, nº 54, Capão Raso - CEP 81.130-390 - Curitiba / PR).

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a Neri Fabre, presidente da Sociedade Rural de Maringá, pela 30ª Expoingá.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor Neri Fabre, na Av. Colombo, 2186 - CEP 87045-000 - Maringá / PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O ilustríssimo senhor Neri Fabre vem promovendo importantíssimos eventos frente à Sociedade Rural de Maringá. Prova disso é a 30ª Expoingá, festa de grande repercussão em todo o nosso Estado. Este é um evento que dinamiza as relações econômicas do Paraná, pois promove negociações entre as mais diversas classes de pessoas e empresas. Sendo um dos organizadores deste evento que beneficia de algum modo todos os paranaenses, Neri Fabre merece todos os nossos votos de congratulações e aplauso.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1287

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a Alexandre Bonatto, tenista profissional, pelos títulos que vem ganhando em torneios.

Outrossim, requer comunicação do feito a Alexandre Bonatto, na Rua Luccovico, 140 - CEP 82315-130 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O atleta Alexandre Bonatto, que vem ganhando importantíssimos torneios de tênis no Brasil e no exterior, irá disputar o famoso Roland Garros. Esportista dedicado, ganhou neste ano oito campeonatos seguidos, sendo seis no circuito brasileiro e dois títulos internacionais, um no Chile e outro no Paraguai. Treinando seis horas por dia, ele está conseguindo se consagrar no tênis mundial, graças, além de seu persistente esforço, ao seu pai e alguns profissionais que vêm patrocinando-o nos campeonatos. Este esportista é um grande exemplo para os paranaenses, pois acredita em seus sonhos e busca as suas realizações.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à cidade de Maringá, pelo aniversário de sua fundação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento vem demonstrar o reconhecimento do valor de Maringá para todos os paranaenses. Esta espetacular cidade, fundada no dia 10 de maio

de 1947, vem crescendo cada vez mais no nosso Estado. Prova disso é a sua economia que hoje se encontra entre as maiores do Paraná. Conhecida por nós pela sua incrível arborização e admirável povo, foi titulada de Cidade Canção e hoje é referência em todo o Brasil pela sua elevada qualidade de vida. Seu aniversário não é sinônimo de “velhice”, mas sim, de modernização, dinamização, de avanço e de progresso. Devemos, como representantes do povo paranaense, demonstrar o nosso reconhecimento por esta virtuosa cidade e toda a sua carismática população.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1289

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a George Ermakoff, presidente da Companhia Aérea Rio-Sul, pelo novo horário de voo entre as cidades de Maringá e São Paulo.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor George Ermakoff, na Av. Rio Branco, 85, Centro - CEP 20040-004 - Rio de Janeiro / RJ.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O senhor Ermakoff vem demonstrando toda a sua preocupação com os paranaenses. O último grande feito desta saudosa pessoa foi o novo horário de voo entre as cidades de Maringá e São Paulo: este vem a facilitar muito a vida de empresários das duas cidades em relação as suas atividades econômicas, além de dinamizar muito o comércio entre os dois Estados. Esta mui digna pessoa mais uma vez demonstrou como está dedicando seus esforços para o progresso do Paraná e de seus cidadãos.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a Milton Luiz Pereira, ministro do STJ, pelo diploma de honra ao mérito da Associação dos Ex-Alunos da UFPR.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Exmo. Sr. Milton Luiz Pereira, ministro do STJ, no Setor de Administração Federal Sul - Qd. 06 - Lt. 01 - CEP 70070-600 - Brasília / DF.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O ministro Milton Luiz Pereira foi recentemente homenageado pelos ex-alunos da Universidade Federal do Paraná com uma medalha de ouro e o diploma de honra ao mérito. Ocupando um dos cargos de maior respeito dentro da Justiça brasileira, vem realizando, graças

aos seus princípios éticos e morais, importantíssimos trabalhos frente aos brasileiros. Ao receber estas homenagens, que são as honrarias máximas que a entidade concede, foram demonstrados todo o carinho e reconhecimento do povo paranaense ao ministro.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a Dom Murilo S. R. Krieger, ex-arcebispo de Maringá e atual arcebispo de Florianópolis, pelo importante papel que vem desempenhando frente à população.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Revmo. Dom Murilo S. R. Krieger, na Rua Esteves Júnior, 447 - CEP 88015-350 - Florianópolis / SC.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Revmo. Dom Murilo S. R. Krieger, que tanto ajudou a população maringaense com seus importantíssimos projetos, agora estará dispondo toda a sua incrível luta para uma sociedade mais digna em Florianópolis.

Conhecido em todo o Paraná por seu carisma e por sua bondade, deixará muita saudade nos corações dos seus fiéis. Apoiando creches, grupos de apoio dos mais diversos tipos, estudantes carentes, doentes e necessitados de todas as maneiras, destacou-se de tal modo no nosso Estado que sempre será lembrado com carinho por todos nós.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao casal Newton Pohl Ribas e Maria Elisa Giacomazzi Ribas, alusivos à comemoração de suas bodas de prata, no dia 14 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Newton Pohl Ribas e Maria Elisa Giacomazzi Ribas, a ser encaminhado à Rua Clóvis Bevilacqua, nº 182 - ap. 102 - CEP 80035-080, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Emater-PR, alusivo à comemoração de seus 46 anos de extensão no Paraná, que está sendo comemorado na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor diretor-presidente Rubens Ernesto Niederheimmann, a ser encaminhado na Rua da Bandeira, nº 500 - CEP 80035-270, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente:

O deputado estadual que subscreve este documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aquiescência do Plenário, que sejam encaminhadas as congratulações deste Poder ao jornal "O Paraná", pela passagem de seus 26 anos de existência, comemorados no último dia 15 de maio.

Do aprovado, requer ainda, seja dado ciência ao senhor André Heitor Costi, diretor-presidente do referido jornal, à Rua Pernambuco, 1600 - Cascavel / PR - CEP 85810-021.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Com a presente proposição pretendemos homenagear o diretor-presidente, André Heitor Costi e toda sua equipe, pelo extraordinário jornal denominado "O Paraná", que é produzido diariamente.

São infindos os valores cívicos, culturais e sociais que são propiciados aos paranaenses, da forma mais imparcial possível.

Essa ética implantada é da mais alta contribuição para a consolidação e aprimoramento do estado democrático em que vivemos.

Além de cumprimentar, portanto, a moderna, prática e ética paginação implantada pelo jornal "O Paraná" e seu rico conteúdo, ainda, é nosso desejo formular votos pela prosperidade do mesmo e por seu permanente sucesso.

Quem escreve a história sem propagar e fomentar injustiças e inverdades, só pode colher louros e vitórias.

Pelos benefícios prestados ao Paraná, nestes 26 anos de existência, é justa a presente homenagem que apresentamos.

REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à diretoria e funcionários da Kabel - Indústria e Comércio de Chicotes Elétricos Ltda., pela passagem do 15º aniversário de sua fundação, ocorrido no dia 19 de maio do corrente ano.

Outrossim, registre-se a importância da Kabel para a comunidade paranaense, tendo em vista que a empresa oferece atualmente cerca de 370 (trezentos e setenta) empregos, contribuindo significativamente com a produção e o desenvolvimento de nosso Estado.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à diretoria da Kabel - A/C Sr. Ronaldo Assumpção, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Ver. Wadislau Bugalski, 5937 - CEP 83507-270 - Lamenha Grande - Almirante Tamandaré / PR.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) EDSO STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações às diretorias da Associação dos Engenheiros e Arquitetos - AEAC e Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná - Sinduscon, do município de Cascavel / PR, pela realização da Feira de Engenharia, Arquitetura e Construção - Fenarc 2002, que acontecerá entre os dias 22 e 26 de maio de 2002, no município de Cascavel / PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos senhores José Luiz Parzianello, presidente do Sinduscon/Oeste; e Sérgio Carlos Kasprzak, presidente da AEAC; por meio de correspondências a serem encaminhadas ao Sinduscon, Avenida Assunção, 690 - CEP 85805-030, e para a AEAC, Rua Pres. Bernardes, 1910 - CEP 85801-180 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao município de Santa Helena pelos 35 anos de emancipação política e administrativa.

Nos próximos dias 24, 25 e 26 de maio o município estará realizando as festividades alusivas ao 35º aniversário de emancipação político-administrativa de Santa Helena, onde haverá várias atrações para que a população possa comemorar essa importante data para o município.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1357

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Adão Chaste e Arlete Chaste, que completou 50 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1358

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Rosa e Mônica Maria Rosa, que completou 55 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Agostinho Lucca e Margarida Leoni Muraro Lucca, que completou 50 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Osmar Poli e Marli da Cruz Poli, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1362

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Lauro Almeida e Nilcioneide Fernandes Almeida, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1363

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José dos Santos e Maria Barbosa dos Santos, que completou 25 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Felício Piekarski e Helena Carcereri Piekarski, que completou 65 anos de União Conjugal, celebrando Bodas de Jacarandá.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1366

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de congratulações ao Colégio Marista Paranaense, para comemoração de seus 100 anos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Marista Paranaense está comemorando hoje seu centenário. Uma das mais conceituadas e tradicionais escolas da nossa Capital, possui 1700 alunos, desde a educação infantil até o ensino médio e por ali já passaram muitos profissionais do nosso Estado.

Em cem anos de tradição o Colégio Marista promoveu algumas mudanças, como a aceitação de mulheres na Escola - em 1972 apenas homens estudavam no Paranaense e o corpo docente também era exclusivamente masculino, pois o Colégio era internato e a maioria dos professores eram Irmãos Maristas.

Muitos alunos lembram das lições que ali aprenderam, seja nas primeiras letras, seja nas primeiras experiências escolares e sociais que levaram para toda a sua vida, pois o Colégio é um verdadeiro formador de cidadãos.

Pela comemoração de seus gloriosos 100 anos de fundação, receba o Colégio Marista Paranaense, através de seu diretor - Irmão Frederico Unterberger (Rua Bispo Dom José, 2674 - 80440-080 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de congratulações à Itaipu Binacional, para comemoração de seus 28 anos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Itaipu Binacional comemora hoje seus 28 anos de existência. Foi criada em 17 de maio de 1974 como resultado do tratado assinado pelo Brasil e pelo Paraguai em abril de 1973 com o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico do Rio Paraná, no trecho entre Sete Quedas e a Foz do Rio Iguaçu.

O reservatório da usina, o lago de Itaipu foi formado em outubro de 1982. A primeira unidade geradora entrou em operação no dia 05 de maio de 1984. A 18ª Unidade passou a produzir energia em 06 de maio de 1991. Em dezembro de 1995, a revista popular *Mechanics*, dos Estados Unidos, incluiu Itaipu entre elas as "sete maravilhas do mundo moderno", com base em uma pesquisa feita pela Sociedade Americana de Engenheiros Civis.

Hoje, Itaipu é também uma das atrações turísticas mais importantes do Brasil. Desde 1977, quando foi aberta à visitação pública, a usina já recebeu mais de 11 milhões de turistas, a maioria pelo lado brasileiro.

A hidrelétrica tem ainda uma grande preocupação com o meio ambiente. Foi a primeira a adotar a educação ambiental como um objetivo permanente. Construiu em 1987, um museu inédito no setor elétrico brasileiro, o Ecomuseu, com exposições fixas e temporárias sobre temas de interesse ambiental e cultural, que atrai cerca de 3 mil visitantes todos os meses. Ainda, o monitoramento da qualidade de água é permanente, assim como as ações para mantê-la em boas condições de uso.

A Itaipu é um patrimônio dos mais importantes do nosso país e do nosso Estado - temos orgulho em tê-la dentro do nosso território. Pela comemoração de seus gloriosos 28 anos, receba a Itaipu Binacional (Av. Tancredo Neves, 6702 - 85855-000 - Foz do Iguaçu/PR) - os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de aplausos e congratulações ao Irmão Frederico Unterberger, diretor-geral do Colégio Marista Paranaense, extensivos aos demais membros da diretoria, professores, alunos, funcionários e ex-alunos, pela passagem dos 100 anos de sua fundação e pela reinauguração da capela do Colégio, ocorrida em 20 de maio do corrente ano.

Requer outrossim, seja dado ciência deste ao homenageado no seguinte endereço: Rua Bispo Dom José, 2674 - Seminário - CEP: 80.440-080.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Colégio São José foi inaugurado em 23 de junho de 1901. Iniciava-se aí a formação de jovens com vistas à formação dos futuros sacerdotes da Diocese de Curitiba. Juntavam-se aos poucos a estes, outros jovens, internos, externos que juntamente com os seminaristas vieram contribuir na construção da sociedade curitibana e paranaense.

Aos poucos o seminário transformou-se em escola, que por muitos anos era conhecido como Colégio Paranaense Internato ou simplesmente Internato. Há pouco tempo assumiu o nome de Colégio Marista Paranaense. Como escola católica, não poderia prescindir de uma capela, criada em um lugar especial do colégio com o intuito de louvar, agradecer e pedir graças a Deus.

Como tudo que é material, a capela também se curvou à implacável deteriorização do tempo, exigindo uma reforma, para salvaguardar a memória histórica. Vários artistas, alunos, ex-alunos, professores e empresários

dedicaram-se incansavelmente à obra de restauração da mesma, sendo reinaugurada nesta data.

Como fiéis seguidores dos ensinamentos de São Marcelino Champagnat, nascido na França em 1789, os Irmãos Maristas continuam a desenvolver o seu trabalho em prol da formação dos nossos jovens, formando assim os futuros homens do nosso Estado e País.

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de aplausos e congratulações ao Colégio Marista Paranaense, pela reinauguração da Capela e pela passagem dos 100 anos de sua fundação, extensivos aos diretores, professores, alunos, ex-alunos e funcionários.

Requer outrossim, seja dado ciência deste ao homenageado no seguinte endereço: Rua Bispo Dom José, 2674 - Seminário - CEP.: 80.440-080.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Colégio São José, hoje Colégio Marista Paranaense, fundado em 23 de junho de 1.901, desenvolve um excelente trabalho na educação e formação dos nossos jovens, principalmente nestes dias difíceis que estamos atravessando, com a carência de boas instituições educacionais.

Como fiéis seguidores dos ensinamentos de São Marcelino Champagnat, nascido na França em 1789, os Irmãos Maristas continuam a desenvolver o seu trabalho em prol da formação dos nossos jovens, sendo esta a especial atividade do Colégio Marista Paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de louvor ao juiz Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira da Justiça Eleitoral de Foz do Iguaçu.

O juiz coordenou um exemplar trabalho de recadastramento eleitoral, cancelando títulos inválidos e irregulares e alistando novos eleitores. Graças ao empenho do doutor Neiva e sua equipe, Foz do Iguaçu tem quase 20 mil novos eleitores.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Dra. Beatriz Lacerda Cunha, médica pediatra formada pela Faculdade Souza Marques, no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1.984. Atende, há 13 anos, seus pacientes na Unidade de Saúde da Vila Diana, no bairro do Abranches, nesta Capital.

Além de ser uma excelente profissional, de dedicar os seus conhecimentos médicos atenção, cuidado e amor aos pacientes, conquistou o respeito e, principalmente, a amizade de todos os seus colegas da Universidade de Saúde.

Sua disponibilidade em sempre atender a todos da melhor forma possível, sensibiliza as mães, crianças e funcionários da Unidade de Saúde da Vila Diana, os quais, sentindo-se agradecidos por tudo que a Dra. Beatriz lhes representa, buscaram-nos a fim de que, por meio deste voto de louvor, fique registrado nos Anais desta colenda Casa de Leis, todo o respeito e admiração que ela merece.

À Dra. Beatriz, os nossos sinceros cumprimentos e agradecimentos pelos valiosos préstimos profissionais dedicados à comunidade paranaense, extensivos aos demais pares, consignando-se o reconhecimento de todos nós. Muito nos tranquiliza a existência de profissionais com sua competência e desprendimento.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, votos de protestos à decisão tomada pela escuderia Ferrari junto ao Grande Prêmio da Áustria, do dia 12/05/2002, manifestação desta Casa contra decisão de manipulação de resultado final, alterando para a vitória indicada contra qualquer regra de disputa existente em qualquer modalidade desportiva descrita por todos os jornais no mundo, mostrando a decepção do povo brasileiro e também de todos os fãs de uma das maiores equipes do mundo, fazendo com que o próprio campeão do mundo, Michael Schumacher, sintasse envergonhado, consolidando fielmente ao mundo que a vitória foi de competência e arrojo do piloto Rubens Barrichello, louvor ao profissional Rubens Barrichello.

Solicito à Confederação Brasileira de Automobilismo a retratação da escuderia Ferrari ao povo brasileiro, e que nunca mais ocorra este fato.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e conforme o contido no disposto Constitucional, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná solicitando esclarecimentos e informações acerca das prestações de contas da Universidade do Professor, situada em Faxinal do Céu.

Dentre as informações a serem encaminhadas, solicita-se que o Tribunal esclareça, inclusive com documentos, pareceres e outros, acerca das prestações de contas dos anos de 1996 - 2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1237

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner, ao desembargador Vicente Troiano Netto, bem como ao deputado Hermas Brandão, presidente do Legislativo, no sentido de determinarem estudos para o adiantamento, no mês de junho, de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário de todo o funcionalismo.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos como válida esta sugestão como prova de que a Assembléia Legislativa paranaense está, como sempre esteve, preocupada com a situação de penúria por que está passando todo o funcionalismo.

Várias prefeituras, entre elas, Curitiba e São José dos Pinhais, programaram o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º salário, para o mês de junho.

Os servidores estaduais dos três Poderes assumem responsabilidade profissional dos seus colegas federais e municipais, tornando-se merecedores de idêntico tratamento com a mesma abordagem humanística.

A arrecadação do Estado tem aumentado consideravelmente. Por esta razão, esperamos sensibilizar o senhor governador, o senhor desembargador e o senhor deputado para acolherem esta sugestão, pois, do balanço dessas vivências, tiramos a conclusão de que a experiência de ontem pavimenta o caminho para os acertos do hoje e do amanhã. Todos sabemos que o senhor governador, com sua grande experiência para lidar com desafios e problemas, com capacidade para administrar interesses gerais, com vontade e determinação de acertar e fazer acontecer as transformações ao esforço da construção de meios mesmo enfrentando dificuldades para dar atendimento a tão angustiante solicitação do funcionalismo público paranaense.

Entendemos também que o senhor desembargador Vicente Troiano Netto, presidente do Tribunal de Justiça, bem como o nosso presidente, deputado Hermas Brandão, acolherão esta sugestão para o exercício de 2001.

REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado do Governo, solicitando cópia do contrato entre a Serlopar e a MCR Consultoria em Informática Ltda, protocolado sob nº 5.018.325-4, assinado em 16/04/2002, com valor estimado em R\$3.000.000,00 (três milhões de reais).

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Exercendo a obrigação de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados à aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado do Governo, solicitando cópia do contrato entre a Serlopar e a Diagrama Consultoria S/C Ltda., protocolado sob nº 5.019.488-4, assinado em 18/04/2002, com valor estimado em R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Exercendo a obrigação de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados à aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1257

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na qualidade de presidente da Comissão de Segurança Pública, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à delegada de Polícia, Dra. Vanessa Alici e ao promotor de Justiça, Dr. Paulo Sérgio Markowcz de Lima, convidando-os para participarem da reunião da Comissão de Segurança Pública, cujo tema refere-se aos crimes ocorridos no município vizinho, Almirante Tamandaré, com data e horário a ser marcado em concordância com os referidos convidados.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja enviado expediente à presidente da Fundepar, senhora Denise Oldenburg Margareth Basgal, solicitando providências urgentes para a liberação dos recursos referentes ao Convênio de número 1929/98, firmado entre a Prefeitura de Medianeira e Fundepar, para a construção de cobertura junto à quadra esportiva que atende a Escola Municipal Carlos Lacerda Braga e o Colégio Estadual Tancredo Neves, no bairro Parque Independência, no município de Medianeira/PR.

Sala das Sessões, em 21.05.2002

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento se deve ao fato de que o referido convênio foi assinado há quatro anos e os recursos ainda não foram liberados, sendo a obra de grande importância pois vai atender centenas de alunos que estão com as atividades esportivas prejudicadas, principalmente por causa das freqüentes chuvas que ocorrem no município.

REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto constitucional, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao senhor governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, e ao senhor secretário de Estado da Administração do Estado do Paraná, Dr. Ricardo Simjtink, solicitando que sejam tomadas todas as providências necessárias no sentido de que o Hospital da Polícia Militar não seja desativado.

Solicita, ademais, que o Hospital seja transformado em Unidade de Referência destinado à prestação de serviços aos efetivos militares, assim como aposentados e pensionistas e seus dependentes, através da implementação de novos e modernos instrumentos.

Ressalte-se que o Hospital da Polícia Militar, consolidado na década de 50, recebeu todo apoio da Força Militar Estadual que não mediu esforços no sentido de dotá-lo da atual estrutura.

De outro lado, é um equívoco sua desativação ou diminuição de suas atividades face à enorme demanda hoje existente na área da saúde por parte do servidor público e que no atual sistema - o SAS, conta apenas com o Hospital Evangélico para atendimento de toda uma vasta população de beneficiários.

Sala das Sessões, em 21;05.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1374-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto constitucional, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao senhor secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. José Tavares, solicitando que sejam tomadas todas as providências

necessárias no sentido de que o Hospital da Polícia Militar não seja desativado.

Solicita, ademais, que o Hospital seja transformado em Unidade de Referência destinado à prestação de serviços aos efetivos militares, assim como aposentados e pensionistas e seus dependentes, através da implementação de novos e modernos instrumentos.

Ressalte-se que o Hospital da Polícia Militar, consolidado na década de 50, recebeu todo apoio da Força Militar Estadual que não mediu esforços no sentido de dotá-lo da atual estrutura.

De outro lado, é um equívoco sua desativação ou diminuição de suas atividades face à enorme demanda hoje existente na área da saúde por parte do servidor público e que no atual sistema- o SAS, conta apenas com o Hospital Evangélico para atendimento de toda uma vasta população de beneficiários.

Sala das Sessões, em 21;05.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1310

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao senhor secretário de Estado do Meio Ambiente, Dr. José Antonio Andreguetto e ao senhor diretor da Empresa Klabin, Arthur Canhisares, no sentido de que realizem estudos necessários que venham equacionar definitivamente a escada de peixes localizada na Usina Hidrelétrica do Mauá, no rio Tibagi, tendo em vista que a mesma provoca a retenção de algumas espécies de peixes em função do não adequado planejamento da escada ali construída.

A escada medindo 30 metros de altura, construída em 1947, juntamente com a Usina Mauá, e readequada em 1985, com o objetivo de ajudar os peixes, principalmente de escama, a transporem as paredes da usina em época de piracema, não conseguiu atingir os seus objetivos trazendo enormes prejuízos não só ao município de Tibagi como a todos que se encontram no Alto Tibagi.

Estudo regular deverá apresentar soluções para o problema viabilizando a piscicultura na região, assim como restabelecendo o meio ambiente.

Sala das Sessões, em 21.05.2002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

OBS: Empresa Klabin - endereço: Fazenda Monte Alegre, s/nº - 84261-050 - Telêmaco Borba- PR.

REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao senhor secretário de Estado da Administração, Dr. Ricardo Simjtink e ao senhor governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, solicitando as seguintes informações:

1) quais as razões que motivaram a transferência das diversas secretarias de Estado do Centro Cívico para o Complexo Banestado de Santa Cândida;

2) por quanto tempo o Estado do Paraná terá à sua disposição o Complexo Banestado Santa Cândida, e o que ocorrerá após o término do atual contrato com o Banco Itaú;

3) quanto o Estado do Paraná paga ou pagará para manter as Secretarias no Complexo Banestado Santa Cândida;

4) os servidores públicos receberam ou receberão algum tipo de subsídio para seu deslocamento;

5) o que se pretende, e por que construir no Edifício Castelo Branco?

6) Qual o custo das obras do Edifício Castelo Branco e qual sua indicação orçamentária prevista para o ano de 2002 e no Plano Plurianual?

7) Houve licitação para as obras de engenharia, arquitetura e construção? Se positivo, indicar o Edital de Licitação e a Homologação;

8) houve licitação do projeto? Indicar o edital e o nome das pessoas e ou empresas vencedoras e os valores envolvidos;

9) qual o prazo para conclusão das obras?

Sala das Sessões, em 21.05.002

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que seja enviado ao superintendente citado, a solicitação sobre o posicionamento dele, com relação às famílias acampadas na Fazenda Roncador, no município de Quinta do Sol, neste Estado, tendo em vista, que já há dois anos, o referido superintendente, agindo de má fé, transferiu para aquele acampamento, famílias que estavam acampadas em outro município, privilegiando-as, assentando-as, em detrimento das que ainda hoje permanecem acampadas no mesmo local, correndo inclusive, risco de vida, pelas péssimas condições em que se encontram.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, justifica-se, com base no que se segue:

1 - Munir esta Casa, com informações precisas e exatas, sobre os atos do Sr. José Carlos de Araújo Vieira, superintendente regional do Incra, em relação ao Assentamento Fazenda Roncador, bem como, sobre a transferência engendrada e por ele executada das famílias de outro acampamento para o Assentamento citado.

2 - Em 02 de julho de 2000, o referenciado superintendente regional do Incra, firmou, com as lideranças do então Acampamento Fazenda Roncador, um termo de compromisso, no qual de maneira hábil e dolosa, obri-

gava as lideranças dos integrantes do agora Assentamento Fazenda Roncador, por meio de ameaças veladas, a aceitarem no acampamento, a inclusão de 36 famílias selecionadas e efetivamente retirada em transferência de outro acampamento denominado Fazenda Solidor, localizado em diferente município para o hoje, Assentamento Fazenda Roncador.

3 - Esse fato gerou à área de transferência um excedente de famílias que na ocasião já ultrapassava os limites mínimos das condições de assentamento. Daquele momento em diante, ocorreram problemas ainda mais sérios, uma vez que, as famílias transferidas foram assentadas e as que antes naquele local estavam foram preteridas, estando hoje em condições de miséria total.

4 - Para facilitar aceitação por parte das lideranças do então assentamento fazenda Roncador, o Sr. José Carlos de Araújo Vieira, superintendente regional do Incra, no Paraná prometeu e fez assinar junto às lideranças, um compromisso onde garantia que nem mesmo o Poder Judiciário procederá ao despejo dos integrantes do então acampamento denominado Fazenda Roncador.

5 - Que em 90 dias apresentaria a documentação necessária para encaminhamento e assentamento das famílias excedentes no então assentamento Fazenda Roncador.

6 - Que o Incra liberaria para todas as famílias assentadas, os créditos para instalação, fomento, alimentação e providenciaria também a infra-estrutura básica de rede elétrica, estradas e abastecimento de água para as famílias assentadas no agora, Assentamento Fazenda Roncador.

7 - Assumia pelo Incra, como superintendente que era, e permanece o Sr. José Carlos de Araújo Vieira, com aquele compromisso assinado, a partir daquela data, a responsabilidade do fornecimento de cestas básicas, lonas plásticas e material de infra-estrutura necessário às famílias selecionadas no acampamento denominado Fazenda Roncador, até o definitivo assentamento.

8 - O resumo é: das 250 famílias que compunham o então assentamento Fazenda Roncador, foi elevado o montante para 286 famílias, das quais foram assentadas, 65, sendo que do Acampamento Fazenda Roncador, apenas 29 famílias verdadeiramente o foram, pois, na maquiavélica elocubrada manipulação do Sr. José Carlos de Araújo Vieira, superintendente regional do Incra, no Paraná, as 36 famílias do assentamento Fazenda Roncador, foram prestigiadas.

9 - Existe hoje, em péssimas condições de sobrevivência, apenas 40, famílias acampadas no Assentamento Fazenda Roncador, famílias essas, que se tivesse havido respeito aos preceitos da ética, somente 4 famílias estariam acampadas, mas, com toda certeza, assistidas por seus pares assentados.

Finalizando, cumpre a esta casa agir, dentro do que compete, no sentido de inquirir ao Sr. José Carlos de Araújo Vieira, superintendente regional do Incra no Paraná, e fazê-lo cumprir o prometido assumido e tam-

bém responder criminalmente pelo que acontecer doravante, até efetivo assentamento das 40 famílias excedentes acampadas no assentamento Fazenda Roncador.

No dia 04 de maio de 2002, no município de Quinta do Sol, neste Estado, à presença do assessor parlamentar da 2ª vice-presidência, José Maurino de Oliveira Martins, juntamente com os representantes das famílias excedentes, já assistidas pela procuradoria da comarca, citada inclusive, em documento enviado ao Exmo. Sr. Prefeito de Quinta do Sol, pelo gabinete do Ministro do Estado do Desenvolvimento Agrário, tome conhecimento dos fatos relatados que exponho a meus pares.

Como sustentação ao que acima está, ofereço a prova testemunhal de pessoas que aqui foram nominadas, que se farão acompanhar dos documentos que comprovam cada uma das denúncias formuladas.

Em respeito aos componentes deste egrégio colegiado cumpre-me firmar, que as repetições citadas nesse caso, está coberta pela máxima - "Cose Abundance No Nocere".

REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. José Tavares, solicitando a implantação de módulos policiais no município de Rio Branco do Sul.

Os moradores do município sugerem a implantação de um módulo no Bosque Municipal e um outro na Vila São Pedro.

O pedido se justifica face à onda de crimes ocorridos recentemente naquele município. A população está apreensiva e espera das autoridades as providências possíveis para acabar com a falta de segurança existente.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1331

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando providências com relação aos casos de malária no Oeste.

Um surto de malária atingiu cerca de 37 índios avá-guarani da reserva de Ocoí, em São Miguel do Iguaçu, sendo a maioria crianças. A situação é extremamente grave e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) montou um laboratório na Secretaria da Saúde do município para diagnosticar os novos casos.

Uma nova equipe da Funasa deve ter chegado nessa segunda-feira para ajudar nos trabalhos de diagnóstico e prevenção, assim como auxiliar os funcionários da Secretaria da Saúde de São Miguel do Iguaçu no trabalho

de borrifação da região próxima à aldeia, para evitar a proliferação do mosquito transmissor da doença, *Anopheles darlingi*.

Aproximadamente seiscentos índios vivem na aldeia e correm o risco de serem infectados pela doença, razão pela qual pedimos especial atenção e providências urgentes para garantir o tratamento.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública solicitando a ação de grupos de operações especiais na região Oeste do Paraná, atuando na prisão de marginais e na repressão ao crime organizado com blitzes e arrastões em bairros.

A população da região está se sentindo insegura, em virtude das ações de quadrilhas especializadas em grandes roubos e fortemente armadas. Fatos já ocorridos como o assalto do Banco Sicredi em São Miguel do Iguaçu, o qual envolveu uma incrível operação cinematográfica com fuga e troca intensa de veículos, inclusive da Polícia Civil, e o resgate de presos da cadeia de Foz do Iguaçu, têm trazido uma situação de caos à região.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando melhoria da segurança pública em São Miguel do Iguaçu e região, sendo esta uma reivindicação da Associação Comercial, Industrial e Agrícola daquele município.

Nos últimos meses foram registradas várias ocorrências de assaltos, assassinados, fugas de presídios e cadeias aliados ao sucateamento dos equipamentos da Polícia Civil e Militar e dos prédios das D.P.s, que necessitam de reforma urgente. A população está alarmada e a insegurança já se instalou na região.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governo Estadual para que exija das concessionárias de rodovias a elaboração de avaliações de impactos ambientais antes de realizarem obras nas rodovias.

Atendendo ao anseio e à reivindicação da Acime (Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Medianeira), solicitamos que o Governo Estadual exija das concessionárias que respeitem o plano diretor de cada município em suas diretrizes de ordenação e crescimento urbano, principalmente, nos perímetros urbanos dos municípios. As concessionárias devem elaborar Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) com todos os aspectos relevantes dentro do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) antes de realizarem qualquer obra nas rodovias, para a análise da melhor situação possível dos casos, as obras das concessionárias não atendem às condições básicas de tráfego com a única finalidade de reduzir os custos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1345

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando envio de cópia dos contratos realizados entre a Seab e empresas citadas a seguir, publicadas no Diário Oficial nº 6207, páginas 10 e 11, do dia 11.04.2002.

- Fadec - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico - contrato SPI nº 5.109.747-5, no valor de R\$86.800,00 (oitenta e seis mil e oitocentos reais), com vigência de sete meses;

- Fadec - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico - contrato SPI nº 5.109.748-3, no valor de R\$126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), com vigência de sete meses;

- Fadec - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico - contrato SPI nº 5.109.749-1, no valor de R\$189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais), com vigência de sete meses;

- Fundação Terra - Fundação de Apoio e Desenvolvimento Rural - contrato SPI 5.109.757-2, no valor de R\$75.412,13 (setenta e cinco mil, quatrocentos e doze reais e treze centavos), com vigência de seis meses;

- Valdemir José Gnoatto & Cia. Ltda. - contrato SPI nº 5.109.766-1, no valor de R\$99.785,63 (noventa e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos), com vigência de sete meses.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1347

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de

Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando cópia do Convênio nº 015/2002/SEDU/PVC firmado com a Sedu/Paranacidade e o município de Antonina no valor de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), conforme extrato nº 048/2002, publicado no Diário Oficial nº 6215, página 2, do dia 23.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1346

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Sr. Wilson Justus, solicitando cópia do Contrato nº 194/2002, edital de concorrência 029/2001, protocolo nº 4.843.124-0/2001, tendo como objeto a restauração do trecho da PR-487, no valor de R\$6.649.848,43 (seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quarenta e três centavos), publicado no Diário Oficial nº 6215, página 9, do dia 23.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1350

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando cópia do Decreto nº 5260, de 22.01.2002, referente a convênios firmados entre a Sedu/Paranacidade e os municípios relacionados no extrato nº 053/2002, publicado no Diário Oficial nº 6215, página 7, do dia 23.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1348

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando cópia do Convênio nº 016/2002/SEDE/PVC firmado com a

Sedu/Paranacidade e o município de Campo Mourão no valor de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme extrato nº 050/2002, publicado no Diário Oficial nº 6215, página 2, do dia 23.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1349

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando cópia do Convênio nº 014/2002/SEDE/PVC firmado com a Sedu/Paranacidade e o município de União da Vitória no valor de R\$3. 500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), conforme extrato nº 049/2002, publicado no Diário Oficial nº 6215, página 2, do dia 23.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1351

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado do Governo, solicitando cópia do acordo de empréstimo BZ-P13 firmado em 08.01.1998, entre o Governo do Estado e o Japan Bank International Cooperation - JBIC, contrato nº CO 08/2002, no valor de R\$69.151.938,31 (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta e um centavos), publicado no Diário Oficial nº 6207, página 1, do dia 11.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1352

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando informações

sobre o 4º aditivo do convênio referente à execução de obras em municípios, conforme protocolo nº 4.844.415-6, publicado no Diário Oficial nº 6207, página 9, do dia 11.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1353

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre o 6º aditivo do convênio referente à execução de obras em municípios, conforme protocolo nº 4.722.252-4, publicado no Diário Oficial nº 6207, página 9, do dia 11.04.2002.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No exercício do direito de conhecer os atos do governo enquanto parlamentar, é que encareço aos senhores deputados a aprovação do presente.

REQUERIMENTO Nº 1355

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos proprietários de túmulos do Cemitério Municipal Água Verde, os quais pedem policiamento ostensivo no local, devido aos constantes atos de vandalismo que estão sendo praticados no local, ocorrendo roubos de flores, placas e cruzes dos mesmos.

Os proprietários encontram-se revoltados com a situação e pedem o policiamento a fim de inibir a ação dos vândalos que agem livremente no cemitério.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1356

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender ao pedido da Sra. Lurdes Alexandre Ferreira, residente à Rua Nossa Senhora da Luiz, 1046, Vila Alto Pinheiros, bairro Parque São Jorge - município de Almirante Tamandaré, que pede a implantação de rede coletora de esgotos na rua em que reside.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 698-5971.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1372

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando o envio a esta Casa de Leis, do Relatório Final das Investigações da morte do deputado Tiago de Amorim Novaes, num prazo de 24 horas.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(aa) CAÍTO QUINTANA

ALGACI TULIO

Apoioamento:

Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Cezar Silvestri, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Eli Ghellere, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Nereu Moura, Irineu Colombo, Valdir Rossoni, Neivo Beraldin e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, José Tavares Neto, solicitação de transferência do soldado Ivan Luiz Camargo dos Santos, possuidor do nome de guerra “Soldado Camargo”, do 12º Batalhão de Curitiba para a Promotória de Investigações Criminais do Ministério Público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O requerimento tem por finalidade formalizar o pedido de transferência do soldado Camargo tendo em vista que, conforme diversas reportagens de jornal, sofreu perseguição por parte de seus superiores membros do 12º Batalhão de Curitiba, ao qual é vinculado.

O pedido é solicitado de forma a preservarmos a integridade do soldado e a própria história da Polícia Militar do Paraná, de modo a deixarmos a apuração de qualquer prática de racismo a cargo da Justiça do Paraná, instância adequada a esses casos.

A transferência do soldado, portanto, evita quaisquer tipos de acirramento nas relações entre comandantes e subalternos, preservando as carreiras policiais de todos os envolvidos.

REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao ministro de Estado das Telecomunicações, solicitando do mesmo providências no sentido de viabilizar que todos os brasileiros possam acompanhar os jogos da Copa do Mundo de Futebol, evento a ser realizado no Japão e na Coréia.

Segundo informações, 22 milhões de brasileiros não terão acesso aos jogos, porque haverá bloqueio para a transmissão de antenas parabólicas.

Em razão da paixão nacional pelo esporte, é preciso que as autoridades responsáveis pelas telecomunicações no Brasil, fiquem atentas para a democratização da transmissão dos jogos, sob pena de alijar significativa parcela da população.

Considerando que o Ministério das Comunicações é o responsável pela área no país, urge a tomada de providências para garantir igualdade entre todos os brasileiros e não só para aqueles que podem pagar canais especiais de transmissão.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao secretário da Fazenda, Sr. Ingo Hübert e à diretora do Serlopar (Serviço de Loterias do Estado do Paraná), Sra. Hanelore Morbis Osório, para que envie a esta Casa de Leis, cópia do demonstrativo de arrecadação e respectivas destinações, daquela instituição, dos últimos 04 anos.

O referido pedido se justifica pela necessidade de se dimensionar com exatidão qual é o volume de recursos arrecadado pelo Serlopar, e qual é a destinação dada a tais recursos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1260

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Carlos Sobânia, secretário de Estado da Saúde, solicitando a destinação de uma ambulância para o município de Morretes.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O setor de saúde de Morretes está necessitando com urgência de uma ambulância para o transporte de pacientes nos limites do município em casos de emergência, bem como para a locomoção de enfermos até hospi-

tais desta Capital ou localizados em cidades circunvizinhas, dotados com equipamentos médicos modernos e que prestam atendimento em áreas médicas especializadas, motivo que nos leva a solicitar o apoio dos nobres pares desta Casa à aprovação da presente proposição.

REQUERIMENTO Nº 1371

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. José Tavares, solicitando a implantação de uma unidade da Delegacia da Mulher, no município de Almirante Tamandaré.

O referido pedido se justifica tendo em vista o elevado número de homicídios contra mulheres ocorridos naquele município.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN
RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 1374

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado ao secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. José Tavares, a imediata instalação de um módulo da Polícia Militar no Jardim Paraná e a disponibilidade de uma viatura, na cidade de Colombo.

Tal pedido justifica-se pelo fato de que no referido bairro, residem mais de 25 mil moradores, além de estar localizado nas divisas com as cidades de Curitiba, Pinhais, Quatro Barras e Campina Grande do Sul, região que tem registrado um crescente índice de criminalidade.

Além disso, o bairro Jardim Paraná está numa posição geográfica onde, à sua volta, mais nove bairros poderiam se beneficiar com o policiamento permanente que tal módulo proporcionaria.

Nestes termos, peço deferimento pelos nobres pares.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao senhor prefeito municipal de Curitiba, referente à Lavanderia Hospitalar do Hospital Evangélico, localizada à Rua Ângelo Zeni, nº 579, bairro Bom Retiro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A população moradora circunvizinha à Lavanderia Hospitalar do Hospital Evangélico, localizada à Rua

Ângelo Zeni, nº 579 - bairro Bom Retiro - nesta Capital, vem sofrendo, desde o ano de 1999, com os transtornos causados pela instalação dos equipamentos que compõem o complexo.

Localizada nas proximidades do Bosque Gutierrez e do Bosque Alemão, em região quase que estritamente residencial, desde que a referida lavanderia entrou em atividade, uma grande quantidade de produtos tóxicos com forte cheiro tem sido exalado daquelas instalações, proveniente à queima de óleo das caldeiras, o que trouxe diversos problemas de saúde para os moradores próximos, de ordem respiratória. Não bastasse os transtornos pulmonares, outros ainda se apresentam, pois com intervalos de curtos períodos ruídos de alto volume ecoam pela vizinhança, tirando o sossego das pessoas.

A lavanderia, de elevado risco ambiental, já sofreu um incêndio, o que aumentou ainda mais os riscos, já que há grande quantidade de gases no local, com possibilidade de explosão.

Os moradores desesperados, protocolaram um abaixo-assinado junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, e que até agora não obteve resposta.

Em audiência na data de 10 de maio de 2001, o Ministério Público do Paraná, através de seu promotor de Justiça - Dr. Sérgio Luiz Cordoni determinou à Delegacia de Polícia do Meio Ambiente, a abertura de inquérito policial pela prática de crime ambiental.

REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações à senhora secretária de Estado da Educação do Paraná, Alcyone Saliba, solicitando respostas no que diz respeito às medidas da Secretaria para solucionar os problemas de fissura na obra que abriga o Colégio Estadual Ambrósio Bini em Almirante Tamandaré, conforme especifica:

1 - Por que a SEED não providenciou até o momento a recuperação da referida obra, uma vez que, conforme laudo nº 015/98-ER-CTA emitido pela Secretaria de Estado de Obras Públicas, em 02/02/98, e, posteriormente, laudo realizado pela Tramo - Sociedade Civil Estruturas, datado de 07/06/2001, afirmam que "notamos fissuras em painéis de lajes...: a obra com certeza está passando por um processo de recalque de fundações...; o processo de recalque deve ser contido imediatamente a fim de evitar que o seu prosseguimento produza na estrutura em concreto armado danos nocivos à estabilidade da obra".

2 - Para quando está programada a recuperação daquela obra?

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A urgência na solução do problema se dá em face, principalmente, pelo risco que tal situação apresenta con-

forme aponta o próprio laudo técnico e pela sobrecarga que está causando ao corpo docente e aos servidores do estabelecimento, já que a direção do colégio foi obrigada a instituir um quarto turno de aulas, devido ao pouco número de salas que ficaram disponíveis, pois todas as salas do pavilhão superior do colégio estão interditadas. Mais que isso, alunos que trabalham estão sendo penalizados com as mudanças de turno.

Finalmente, o estado em que se encontra aquela obra em que salas e banheiros apresentam enormes trinças, estando interditados, afundamento do piso de salas, corredores e pátios externos, problemas graves na rede de esgoto ocasionando mal cheiro e o entupimento de fossas, está gerando grandes problemas e preocupações aos pais de alunos e, sobretudo àqueles que vivenciam o colégio no seu cotidiano.

Diante da gravidade da questão, peço o apoio e o deferimento.

REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER à Presidência encaminhamento de pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, sobre todos os processos contendo denúncias de crimes praticados por policiais civis e militares no Estado do Paraná, divididos por tipo de delitos denunciados e por fase em que se encontram tais processos.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O requerimento tem por finalidade visualizarmos o número de denúncias contra policiais civis e militares do Paraná a fim de que possamos propor e contribuir na busca e adoção de medidas urgentes no combate à crise institucional da segurança pública no nosso Estado, o que poderá nos fazer alcançar índices de criminalidade semelhantes aos do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

Os dados poderão nos balizar no traçado de perfil sobre os policiais que atuam em nosso Estado e que, se comprovado o aumento de denúncias, nos tornam descrentes e mais vulneráveis em relação à nossa segurança.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 347/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a UNILLUZ - Universidade Livre para o Desenvolvimento "Luz do Mundo", com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a UNILLUZ - Universidade Livre para o Desenvolvimento "Luz do Mundo", com sede e foro no município de Apucarana, que tem realizado excelente trabalho no sentido de garantir ampla e efetiva participação da comunidade, prestando serviços especializados nas diversas áreas do desenvolvimento social e econômico.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 348/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Proteção Animal -Coepa, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, com o objetivo de avaliar, estudar e implantar programas, medidas e políticas de proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres.

Art. 2º - Compete ao Coepa:

I - estudar e propor ao Poder Público Estadual as diretrizes políticas estaduais para a proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres;

II - propor aos Poderes Públicos competentes a instituição ou alteração de leis ou atos destinados à proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres;

III - receber denúncias relativas à legislação de proteção à fauna e à Declaração Universal dos Direitos dos Animais, promulgada pela Unesco, em 27 de janeiro de 1978, diligenciando pela sua apuração junto aos órgãos competentes, podendo convidar pessoas e convocar servidores públicos para prestarem esclarecimentos ou participarem de audiências públicas;

IV - propor, discutir ou celebrar convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisa ou que exerçam atividades ligadas à proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres;

V - propor ao Poder Público Estadual a concessão ou extinção de incentivos e benefícios fiscais ou financeiros destinados à proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres;

VI - propor ao Poder Público Estadual critérios e normas para o licenciamento de atividades que envolvam proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres;

VIII - sugerir ou promover acordos visando a conversão de penalidades pecuniárias impostas a infratores em obrigação de executar medidas para proteção e preservação da fauna;

IX - participar ativamente e com direito a voto, dos atos ou decisões dos Poderes Públicos, sobre assuntos que julgar de importância para a política de proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres;

X - responder a consultas sobre matéria de sua competência;

XI - assessorar os Poderes Públicos, sempre que solicitado;

XII - coordenar ou realizar audiências públicas, visando garantir a participação da comunidade nas decisões que tenham repercussão sobre a proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados ou silvestres;

XIII - elaborar o seu regimento interno no prazo de até 60 (sessenta) dias, após a sua criação.

Art. 3º - O Coepa compõe-se de:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III - Câmaras Técnicas.

Art. 4º - O Plenário, órgão de decisão máxima do Coepa, é integrado por:

I - 1 (um) representante da Assembleia Legislativa;

II - 1 (um) representante da Secretaria Estadual da Saúde;

III - 1 (um) representante da Secretaria do Meio Ambiente;

IV - 1 (um) representante da Secretaria da Agricultura;

V - 1 (um) representante do Ministério Público Estadual;

VI - 1 (um) representante dos médicos veterinários;

VII - 2 (dois) representantes de universidades existentes no Estado do Paraná;

VIII - 3 (três) representantes de entidades de defesa e proteção de animais existentes no Estado do Paraná;

§ 1º - Junto com a indicação e cada membro integrante do Plenário deverá ser indicado o seu suplente, que o substituirá em caso de impedimentos ou ausências.

§ 2º - O Plenário poderá deliberar sobre a inclusão ou exclusão de entidades, órgãos, sociedades ou associações no Coepa;

§ 3º - O órgão, entidade ou pessoa a que estiver vinculado o membro efetivo ou suplente que integra o Plenário, poderá substituí-los, mediante comunicação escrita e para completar o mandato do seu antecessor.

§ 4º - O membro integrante do Plenário que não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5

(cinco) alternadas no ano calendário, sem justificativa, será excluído do Coepa.

Art. 5º - Os membros integrantes do Plenário do Coepa terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida sua recondução e seus nomes serão aprovados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ Único - O ato de aprovação e nomeação dos membros do Coepa será publicado 1 (uma) vez no Diário Oficial do Estado e 2 (duas) vezes em jornal de circulação estadual.

Art. 6º - A diretoria do Coepa será constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos mediante escrutínio secreto para um mandato de 2 (dois) anos pelos membros integrantes do Plenário e serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º - No caso de vacância de quaisquer dos cargos da Diretoria, o Coepa promoverá eleição visando o seu preenchimento para completar o mandato.

Art. 8º - A função dos membros do Coepa é considerada relevante serviço à comunidade e será exercida gratuitamente.

Art. 9º - Fica criada a figura do Agente Estadual de Proteção Animal, voluntário credenciado pelo Coepa para atuar na implantação e fiscalização dos programas, medidas e políticas de proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres.

Art. 10 - A qualquer cidadão é garantido o direito de participar das reuniões plenárias do Coepa, podendo nela manifestar-se.

Art. 11 - Os Poderes Públicos poderão fornecer ao Coepa os meios, recursos e o pessoal necessários ao seu funcionamento.

Art. 12 - O Coepa será instalado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da vigência desta lei.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei cria o Conselho Estadual de Proteção Animal - Coepa, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, com o objetivo de avaliar, estudar e implantar programas, medidas e ações de proteção, defesa ou manejo de animais domésticos, domesticados e silvestres.

Na Assembléia da Unesco, realizada em Bruxelas, Bélgica, no dia 27 de janeiro de 1978, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos dos Animais (cópia anexa).

O artigo 1º da Declaração estabelece que “todos os animais nascem iguais durante a vida e tem o mesmo direito à existência”, e o artigo 2º dispõe que: a) cada animal tem o direito a respeito; b) o homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar sua consciência a serviço dos outros animais”.

Essa é a tendência no mundo moderno: a proteção dos animais domésticos, domesticados e silvestre, não os submetendo a maus tratos nem a atos cruéis, mesmo quando são destinados ao consumo como alimento ou à utilização em experiências científicas.

Com base nessa realidade, fui procurado como deputado estadual por pessoas, órgãos e entidades ligadas à área, pleiteando a criação do Conselho Estadual de proteção Animal - Coepa.

Trata-se de uma iniciativa praticamente inédita, pioneira no Brasil e, como já vem sendo praticado em países da Europa, ele se propõe atuar, sob todas as formas, na área de fiscalização e proteção da vida animal, sugerindo políticas públicas, adotando medidas ou implementando ações.

A mera referência à crueldade contra animais, como Contravenção Penal, nos termos do artigo 64 da Lei das Contravenções Penais, o Decreto Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, já não é mais regra suficiente para garantia e proteção daquilo que a Unesco chamou de os “Direitos dos Animais”.

O projeto de lei estabelece nos artigos 1º a 7º os objetivos, competência e composição do Conselho Estadual de Proteção Animal - Coepa, com o prazo de duração dos mandatos e forma de eleição.

O artigo 8º dispõe que a função dos membros do Conselho Estadual de Proteção Animal- Coepa, é considerada relevante e será exercida gratuitamente, enquanto que o artigo 9º determina que ele poderá expedir credenciais a voluntários, denominados agentes estaduais de proteção animal, para atuar na implantação e fiscalização das políticas, medidas ou dos programas adotados.

Os demais artigos do projeto de lei estabelecem as regras necessárias para o adequado e regular funcionamento do Conselho Estadual de Proteção Animal - Coepa.

PROJETO DE LEI Nº 349/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Liga Regional de Futebol de Campo Mourão, com sede e foro no município e comarca de Campo Mourão-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Liga Regional de Futebol de Campo Mourão sociedade civil, fundada em 29 de agosto de 1965, com prazo de duração por tempo ilimitado, tendo sua sede e foro na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, é um órgão de representação do futebol amador na cidade de Campo Mourão e região, determinada pela Federação Paranaense de Futebol.

A Liga tem como objetivos principais, entre outros:

a) fomentar a prática de futebol, como ramo importante da cultura física, zelando pelos sãos princípios do amadorismo;

b) incentivar, por meio de processos educativos compatíveis, como fundamento da atividade institucional, a cultura cívica, física e moral;

c) zelar pelo progresso das associações filiadas, promovendo ou facilitando o intercâmbio esportivo entre as mesmas;

d) representar o futebol municipal junto às autoridades e órgãos competentes; etc...

PROJETO DE LEI Nº 350/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Polivalente de Goioerê - APM Col. Est. Polivalente EFM, com sede e foro no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Polivalente de Goioerê - APM Col. Est. Polivalente EFM, com sede e foro no município de Goioerê-PR, localizado à Rua Dr. Rosalvo G. de Melo Leitão, nº 600, Jardim Curitiba, é um órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento de ensino, sem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 351/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade

Pinheirão - APRP, com sede e foro no município de Araruna, comarca de Peabiru-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade do Pinheirão - APRP, com sede na localidade do Pinheirão, município de Araruna-PR, é uma sociedade civil, com prazo de duração por tempo indeterminado, que tem como fim promover o desenvolvimento da agricultura e pecuária na região de Araruna, orientando, auxiliando e amparando os agricultores, seus associados, assim como por todos os meios, estimular o consumo de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, e ainda contribuir para o aumento da produtividade.

PROJETO DE LEI Nº 352/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vila Guaíra - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM da Escola Estadual Vila Guaíra - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Goioerê - PR, localizado à Rua Pitanga, 433, é um órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento de ensino, sem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 353/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior - Ensino Fundamental, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior - Ensino Fundamental, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho junto ao corpo docente e discente daquela instituição de ensino.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 354/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a criação do campus de Colorado da Universidade Estadual de Londrina.

Parágrafo Único - Inicialmente serão mantidos os atuais cursos já em funcionamento no município de Colorado, podendo ser instalado outro conforme planejamento de desenvolvimento da UEL.

Art. 2º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a proceder ao remanejamento orçamentário decorrente da implementação desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender demanda da sociedade e da população de Colorado e de outros 17 municípios da região que assinaram protocolo de intenções de dotar as comunidades de oportunidade de frequentarem o ensino de terceiro grau.

Já funcionam em Colorado uma extensão da Universidade Estadual de Londrina com os cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis, com enorme sucesso e atendendo efetivamente a demanda microrregional.

Entretanto, é necessário consolidar esta experiência bem-sucedida implantando definitivamente o campus de Colorado, o que em muito beneficiará a população e a Universidade estará atendendo sua vocação e função social.

PROJETO DE LEI Nº 355/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres - APM do Colégio Estadual

Lúcia Alves de Oliveira Schoffen, com sede e foro no município de Altônia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Lúcia Alves de Oliveira Schoffen - Ensino Fundamental e Médio, representado pela diretora em exercício Clarice Aparecida Alves Palosi Faria, RG nº 2.008.675, declara para os devidos fins que toda a diretoria e membros da APM (Associação de Pais e Mestres) deste Colégio não são remunerados pelos cargos e funções que exercem.

PROJETO DE LEI Nº 356/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária do Jardim Alvorada, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Jardim Alvorada, com sede e foro no município de Maringá, entidade que tem por objetivo realizar o bem-comum, colocando todos os esforços possíveis na solução dos problemas do Jardim Alvorada. Também faz parte de suas metas impulsionar as atividades comunitárias de caráter econômico, social e cultural. Outra atividade importante é a de arrecadar recursos disponíveis de âmbito federal, estadual, municipal ou particulares, para execução dos empreendimentos da Associação.

São essas algumas realizações dessa entidade sem fins lucrativos, fundada em 26 de junho de 1983, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 357/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâ-

mica - Apamdi, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais, Amigos e Mestres da Escola Dinâmica - Apamdi, com sede e foro no município de Maringá, entidade que tem por objetivo realizar o bem-comum, colocando todos os esforços possíveis na solução dos problemas relacionados com a educação. Uma de suas funções é prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar. Outra atividade importante é a de representar os interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à direção do estabelecimento. A Associação também promove o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através do desenvolvimento de atividades sócio-cultural-desportiva e religiosas.

São essas algumas realizações dessa entidade sem fins lucrativos, fundada em março de 2000, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 358/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido inciso ao artigo 1º da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, alterada pelas Leis nºs 8.589, de 22 de outubro de 1987 e 12816, de 22 de dezembro de 1999, com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

I - ...

V - apresentação do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica da entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de alterar a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, alterada pelas Leis nºs 8.589, de 22 de outubro de 1.987 e 12816, de 22 de dezembro de 1999, que dis-

põe sobre normas disciplinares para declaração de Utilidade Pública de entidade no Estado do Paraná.

A apresentação do Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica da entidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ trará uma maior credibilidade na verificação das sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no Estado do Paraná, que solicitam ao Poder Legislativo, a declaração de Utilidade Pública.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 359/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a concessão de Título de Cidadania Honorária ao senhor ministro da Agricultura e Abastecimento, Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Marcus Vinicius Pratini de Moraes, natural de Porto Alegre-RS, filho de Leodegário Adail de Moraes e da Sra. Lygia Pratini de Moraes, nasceu em 23 de abril de 1939, é casado, pai de 04 filhos.

Economista graduado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul cursou Pós-Graduação em Administração Pública e Administração de Empresas em Berlin, no ano de 1965 e Pittsburgh, em 1966.

No ano de 1963 assumiu a chefia do Gabinete da Secretaria de Economia do Estado do Rio Grande do Sul; economista do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. No Ministério da Indústria e do Comércio exerceu a função de secretário geral da Comissão de Desenvolvimento Industrial e chefia de gabinete do então ministro.

No período de 1964 a 1966 foi membro do Conselho Consultivo da Companhia Siderúrgica Nacional. De 1968 a 1970 e de 1978 a 1982, membro do Conselho do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Entre os anos de 1967 a 1974 exerceu função de assessor chefe da Assessoria Especial do presidente da República, chefe de gabinete e ministro interino, do Planejamento e Coordenação Geral e ministro da Indústria e do Comércio.

Deputado federal pelo Estado do Rio Grande do Sul, gestão 1983-1987 e 1991-1994, período em que assumiu a presidência do Grupo Parlamentar Siderúrgico

e a vice-presidência da Subcomissão de Siderurgia da Câmara dos Deputados.

Suas atividades curriculares são bastante extensas, tendo ocupado a presidência da Associação de Comércio Exterior do Brasil, membro do Conselho Diretor da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior - Funcex, vice-presidente do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional, membro da Comissão Executiva da Seção Brasileira do Conselho Amro Bank e membro dos Conselhos da Cia. de Hotéis Palace e Solvay do Brasil.

Assumiu ainda a presidência do Conselho de Administração da GPC Indústria e Comércio S/A (Grupo Peixoto de Castro), foi membro do Conselho Internacional Finance Corporation, presidente do Conselho Administração e presidente Executivo da PPH Cia. Industrial e Polipropileno; presidente da Fundação Centro de Estudos e Comércio Exterior, presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Seção Brasileira entre os anos de 1976 a 1980, presidente do Conselho Consultivo do Centro de Estudos Brasileiros e fundador e comentarista econômico da página "Economia e Finanças" do Correio do Povo de Porto Alegre.

Como ministro da Agricultura e do Abastecimento desenvolveu diversos programas de incentivo à agricultura, os quais certamente beneficiaram também o produtor paranaense. Dentre eles podemos citar Finame Especial, Programas de Investimento com recursos do BNDES, Prosolo, Propasto, Moderfrota, Programas de Fruticultura, Apicultura, Ovinocapricultura, Proleite, Proagro além de outras ações ministeriais que beneficiaram diretamente os produtores de cana-de-açúcar, produtores de soja, produtores de leite e tantos outros segmentos agrícolas.

Diante do curriculum apresentado e dos programas desenvolvidos pelo ministro Pratini, solicitamos aos nobres pares a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 360/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários em decorrência da legislação do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxa de estadia do Detran, lançados até 31 de dezembro de 2001, poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 3º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxas de estadia do Detran, lançados até 31 de dezembro de 2001, em até 12 vezes, num valor mínimo de R\$50,00 a parcela.

A proposição apresentada irá beneficiar uma parcela dos proprietários de veículos cadastrados no Estado do Paraná. Com a medida proposta, certamente muitos paranaenses terão novamente a chance de colocar seus débitos em dia e o governo do Estado terá condição de obter uma maior arrecadação.

Conto com a aprovação dos nobres pares na presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 361/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a empreender estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu.

Art. 2º - A Coordenadoria de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu terá a função de planejar e coordenar as ações do Governo do Estado do Paraná, voltadas para a recuperação e resgate do uso múltiplo das águas da região, com abrangência, entre outras, das áreas de:

- I - infra-estrutura;
- II - navegação;
- III- indústria;
- IV - agricultura;
- V - meio ambiente;
- VI - desenvolvimento econômico;
- VII - Integração entre municípios;
- VIII - turismo e patrimônio histórico-cultural;
- IX- saneamento;
- X - psicultura;
- XI - controle de cheias.

Art. 3º - O estudo necessário à viabilização da instituição da Coordenadoria de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu, deverá ser necessariamente concluída dentro do presente exercício, de forma a ter incluído o planejamento orçamentário necessário à implantação do referido órgão no primeiro semestre do exercício de 2003.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Dentro da política de desenvolvimento do Governo da União existe hoje uma grande preocupação com a geração de energia e a viabilização de transporte eficiente e barato, com o objetivo de gerar divisas e produtividade. Tendo em vista que o transporte fluvial é o mais barato, projetos vêm sendo implantados com vistas a resgatar a navegação de rios que em outras épocas muito contribuíram para o desenvolvimento do país. Como exemplo citamos o vizinho Estado de São Paulo que, com a hidrovia do Tio Tietê, carrega cerca de 20 milhões de toneladas/ano de diversos produtos, inclusive do Estado do Paraná. Contribuindo assim decisivamente para o desenvolvimento do Vale do Rio Tietê.

O objetivo do presente projeto, com a criação de uma Coordenadoria do Vale do Iguaçu, é exatamente propiciar a essa região, que conta com uma população de mais de três milhões de habitantes vivendo em 36 municípios, um desenvolvimento planejado através da coordenação das ações do governo na região, voltadas para as diversas áreas previstas no projeto. Além de resgatar a navegação do Rio Iguaçu, tornando-a viável novamente, transformando-a em grande pólo catalisador de desenvolvimento com vários portos de embarque e desembarque, estar-se-á abrindo oportunidades para os investidores, para a criação de um pólo industrial e de insumo básico à agricultura, bem como a transformação imediata de um grande pólo turístico e, conseqüentemente a viabilização de projetos de interesse popular.

Ainda, a criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu, junto aos benefícios que trará para a região através de um desenvolvimento planejado, irá criar um sem número de empregos e contribuirá decisivamente para assegurar a permanência dos moradores rurais em seus locais de origem, evitando o êxodo rural que hoje tantos problemas traz para os grandes centros urbanos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

Antes, porém, queremos registrar com muita satisfação a presença do ex-deputado, atual prefeito de Cascavel, Edgar Bueno.

Seja bem-vindo!

A palavra, com o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Como a Mesa já antecipou a presença do ex-líder do PDT, ex-líder do Bloco de Oposições nesta Casa e atual prefeito de Cascavel, Edgar Bueno, ele tem no nosso meio a identificação dos 54 parlamentares desta Casa. Foi o Edgar Bueno uma das pessoas que mais marcou, como outros tantos, a passagem neste Parlamento, mas nos deu amostra de que Oposição e Situação caminham juntos no interesse do povo. Seja bem-vindo, Edgar, e vai continuar na sua ascendência política, traduzindo o anseio do povo de Cascavel nas obras que você está realizando e irá realizar por aquela comunidade e pelo nosso Estado.

Mas, o que nós queremos, senhor presidente, é com referência ao Plano de Saúde.

Ponta Grossa infelizmente não teve nenhum hospital credenciado neste Plano de Saúde que S. Exa. o Governador fez com que a família do servidor público fosse penalizada. A minha cidade, a minha região, deputado Caíto Quintana, um servidor público que ganha trezentos reais por mês, quando tem um filho doente, ele tem que apanhar o ônibus em Ponta Grossa, vir até Curitiba com a despesa e o traslado dele e do seu familiar doente e aqui chegando, além do atendimento médico, ele tem que fazer a sua refeição e tem que retornar à nossa cidade.

Com essa despesa, deputado Caíto, vai 1/3 do seu salário mensal para o atendimento que poderia e deveria ser feito no seu domicílio e que infelizmente não está acontecendo. E é assim em todos os quadrantes do Estado, inclusive no vosso domicílio eleitoral, aonde existem policiais militares, professores, servidores de um modo geral, que têm que se deslocar por conta própria para o atendimento mais essencial, mais fundamental, que é a saúde pública.

Esse é o governo que nós temos. Um governo que não é sério, que não olha a família do servidor público como olha a família dele e dos seus apaniguados, e nós aqui estamos, uma vez mais, para desmentir essa máscara que estão tentando vestir no povo do Paraná. Plano de Saúde falido, que não vai ao interesse de ninguém, a não ser àqueles que mentem a si próprios.

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, é inadmissível o estado que se encontra a Saúde e a atenção da saúde ao servidor público do Estado. Cabendo ainda uma ressalva, no Hospital Militar da Polícia Militar que há muitos e vários anos foi construído por aquela corporação ou parte dela, ou pela totalidade dela, e com a presença nesta tribuna do deputado Algaci Tulio que traduzia em números efetivos o fechamento daquele hospital. Se o servidor público em geral não tem atenção, e tinha a Polícia Militar o único hospital que atendia aos seus soldados, cabos, sargentos, oficiais e seus familiares, e agora é fechado, esse é o Paraná que nós temos: o Paraná da saúde total, o Paraná realmente, que não é aquilo que é transmitido através das propagandas pagas, mas a realidade que nós enfrentamos.

Queria, neste instante, além de cumprimentar o deputado Algaci Tulio que trouxe a esta Casa o caso do Hospital Militar, nos trazendo hoje e somando com ele, a saúde pública do funcionário público do Paraná de um modo geral é uma vergonha! Tenho a certeza absoluta de que o Paraná, o Governo do Paraná mentiroso, que falta com tudo aquilo que é o anseio de uma família, que é a saúde aos seus filhos e a seus familiares.

Infelizmente, nós aqui estamos relatando aquilo que está ocorrendo. E quisera eu ter a oportunidade de, no dia de amanhã, vir dizer que isso foi corrigido.

Estou entrando com um requerimento, senhor presidente, para que S. Exa. o governador acorde. Tenham a certeza absoluta que ele está dormindo na saúde pública! E, infelizmente, precisamos de uma atenção em domicílio para o funcionário público e para os seus familiares.

Espero a aprovação deste Plenário, para que possamos, pelo menos, no dia de amanhã, S. Exa. o governador não dizer que não foi alertado.

Tratamos de inúmeras causas dos segmentos da comunidade do Paraná: educação, segurança e outros mais, mas a saúde é fundamental para que possamos devolver a tranquilidade ao servidor do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero inicialmente registrar a presença aqui, na tribuna de honra, do nosso vereador do PT de Ampére, Darli Folmann.

Senhor presidente, vamos votar no dia de hoje, está em pauta em 2ª Discussão o Projeto de Lei nº 223/2002, que prevê o reajuste salarial para os servidores do Poder Judiciário, reajuste bem merecido e bastante esperado pelos servidores; assim também senhor presidente, estamos aguardando poder votar nesta Casa, o projeto que cria o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos funcionários desta Casa. Nós sabemos que os funcionários desta Casa também merecem e estão ansiosos esperando que esse projeto seja votado.

Senhor presidente, a CPI dos Alimentos vem desenvolvendo um trabalho muito bonito e esperamos que até o dia 30 do mês de maio possamos levar algum resultado positivo para os agricultores. Estamos no aguardo de uma resposta dos técnicos do Ministério da Agricultura, na qual está a proposta de reformulação da Portaria 56. Foi entregue uma contraproposta e estamos, agora, aguardando o resultado dos técnicos, e esperamos que seja aprovada a proposta entregue.

A proposta é aquilo que os agricultores, que as entidades que trabalham com agricultores principalmente agricultores familiares, vêm reivindicando mudanças na Portaria 56, para que o pequeno agricultor possa se encaixar.

nar nessa portaria e continuar produzindo e comercializando o leite.

Agora, um assunto que nos chamou a atenção foi na última reunião da semana passada foi que, embora seja a CPI dos alimentos teve o assunto mais voltado, ela teve seu trabalho todo voltado para a cadeia leite. No entanto, na última reunião, houve uma discussão, houve um depoimento sobre a questão da suinocultura e este está sendo um debate, acredito que vai exigir bastante da CPI dos Alimentos, porque se o nosso agricultor que trabalha com a produção do leite vem sendo explorado, hoje a gente sente que o agricultor que trabalha com os suínos também vem sendo explorado. O agricultor chegou a comercializar o suíno no mês de dezembro, no mês de janeiro deste ano a um real e sessenta centavos o quilo! No entanto, hoje, o preço que está sendo pago é 75 centavos o quilo!

Então, por aí a gente vê o grande descaso que existe pelos nossos agricultores. Quando o agricultor trabalha, produz, e quando ele pensa de poder ter um lucro, o que lhe vem é prejuízo.

Então, senhor presidente, senhores deputados, a gente sente que é preciso que medidas urgentes sejam tomadas e quando a gente se depara, analisa um pouco o Censo do ano 2000, a gente vê o grande descaso que existe na nossa agricultura.

E, pegando os dados do Censo 2000, eu gostaria até de dizer aqui como está empobrecendo o nosso campo. Se olharmos os dados, isto do Censo falando a nível de país, se olharmos os dados e compararmos com o ano 90 e o ano 2000 nós vamos ver que no ano 90 nós tínhamos 24% do total da população brasileira no campo. No entanto, hoje, nós temos apenas 18,8%, ou seja, 31 milhões 845 mil 211 pessoas no campo, e no entanto o censo nos diz que a população brasileira cresceu em 15%.

Então, se compararmos esses dados e levarmos esse comparativo ao campo, nós deveríamos ter hoje, ao invés desse dado citado de 31 milhões 845 mil, nós deveríamos ter, a mais, 9 milhões 579 mil 453 pessoas no campo e no entanto a gente sente que os agricultores vêm se desanimando por falta de incentivo e abandonando então, cada vez mais, o campo.

Por isso eu gostaria de citar também um dado que nos chama a atenção ainda na questão do Censo.

É a questão que, se olharmos sobre a população masculina e feminina, no meio rural, nós vamos ver que o homem ainda prevalece na agricultura, ainda a maioria são homens. Dá num total de 52,4% são homens. Então, desses 31 milhões 845 mil nós temos 16 milhões 639 mil homens que residem no campo e temos 15 milhões 152 mil...

(Término do tempo)

(Passa a usar o horário da Liderança do PT)

No entanto no campo, então, 47% são mulheres. Isto demonstra uma realidade que hoje as mulheres, prin-

cipalmente as jovens saem mais do campo e vão para a cidade em busca de um trabalho, em busca de uma renda melhor. Até nesta questão de renda é que nós temos, os dados do Censo os deixam bem claro, o empobrecimento do campo, empobrecimento também salarial, porque nesta pesquisa feita, no rendimento salarial nós temos entre sete milhões 460 mil estabelecimentos; nós temos 47% que ganham até um salário-mínimo - isto é bem inverso que na cidade. Então, na área urbana, nós temos 19,8% que ganha até um salário-mínimo. Isto demonstra que o nosso agricultor realmente não tem lucro nenhum, que ele vem trabalhando em prejuízo, que ele vem trabalhando realmente para sobreviver, mas não com a questão do lucro.

Um dado que nos chama a atenção também é o analfabetismo rural. Se pegarmos na faixa dos 25 aos 29 anos, temos 27% de analfabetos; na faixa de 35 a 39 anos, temos 28% de analfabetos; de 45 a 49, 37% de analfabetos; de 55 a 59, 49% são analfabetos; de 65 a 69, 56% de analfabetos; e a partir de 80 anos passa para 72% de analfabetos no campo. Esses são os dados que o Censo nos traz e que nos faz refletir muito sobre como que está, hoje, o nosso campo e o meio rural do nosso país e não é diferente, aqui, no nosso Estado do Paraná.

Por isso que é preciso que medidas urgentes sejam tomadas. Por isso que mais do que nunca esperamos muito dessa CPI dos Alimentos, que também estamos fazendo parte. A gente espera que a CPI possa levar um resultado positivo para os agricultores, para ajudar um pouco mais o homem e a mulher do campo, que muito vêm sendo discriminado.

Muito obrigado senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Trabalhando ontem, no gabinete, em um projeto do qual sou relator, ouvi pelos microfones da Casa um pronunciamento do deputado Nereu Moura, com aparte do deputado Isfer, e de mais alguns deputados, quando da solicitação de uma CPI, sobre Segurança Pública no Estado do Paraná. É evidente que a motivação dessa CPI deu-se pela frustração do encerramento do inquérito, no que diz respeito ao assassinato do deputado Tiago Amorim.

No entanto, todos nós sabemos que a razão de uma CPI não seria e não será uma CPI sobre o assassinato do deputado Tiago Amorim, deputado Valdir. Essa CPI será sobre Segurança Pública, porque é lamentável que um Estado como o nosso, que se ufana nacionalmente uma série de avanços, venha a naufragar da forma como está naufragando, no setor de segurança pública.

Senhor presidente, senhores parlamentares, o estatuto desta Casa, inclusive, proíbe que sessões secretas sejam tornadas públicas. Mas, antes e após a realização da Sessão Secreta, chegamos a comentar com alguns integrantes da Segurança Pública, a respeito dos motivos que teriam levado, eventualmente, o assassinato do deputado Tiago Amorim.

Por incrível que pareça, ouvimos de pessoas da segurança Pública, após serem questionadas, que eles têm um conhecimento que, em uma determinada casa, aqui, em Curitiba, tenha sido alugada por pessoas, - entre elas alguns policiais, - para fazer o assalto daquele carro forte, que vinha da região de Foz do Iguaçu, para Curitiba, de onde, segundo dizem, desapareceram 800 mil dólares.

E mais, temos informações de terceiros, que não é a primeira vez que esse fato ocorre, que carros blindados tragam dinheiro lavado do Paraguai, via Foz do Iguaçu, para a nossa capital. Dinheiro de tráfico, de jogo, de desmanche, dinheiro de muita e muita gente, que não tem como comprovar esse recurso.

Agora, deputado Nereu, quando houve-se falar que a polícia sabe que uma determinada casa foi alugada, será que não leva a se procurar saber quem alugou a Casa? essa pessoa deve ter nome, endereço, CPF, avalista, e se essa pessoa que alugou não é chamada no inquérito, e o inquérito é encerrado, data vênica, eu não posso acreditar que nós estejamos levando para o rumo certo.

Li no jornal, declaração do deputado Algaci Tulio, que até por força de sua atividade, de profissional de imprensa, que trabalha com programas que tratam sobre crime na nossa cidade e no nosso Estado, de que, de forma alguma se encerra um processo investigatório, descobrindo um mandante, mas um mandante que não fala quem foi o assassino, e fica o dito pelo não dito, quer dizer, vai prender o mandante que já está preso por um outro crime, mas esse mandante não diz que ele contratou fulano de tal, e esse fulano de tal fica passeando pela rua esperando um novo contrato de um outro mandante para manter uma outra pessoa.

Ora, senhor presidente, senhores parlamentares, o Paraná passa vergonha de ter sido notificado de que nós somos campeões em roubo de carro, de que nós somos campeões nacionais em assassinato, proporcionalmente nós tivemos mais assassinatos neste ano do que o Rio e São Paulo. Isso demonstra a falta de estrutura de Segurança Pública. Não adianta ficar por aí fazendo discurso, que foi comprado colete para policial, quando nós temos quase 500 policiais só, faltando nas ruas do nosso Estado.

Quando nós temos dezenas de delegacias de polícia que não têm um escrivão para fazer um inquérito, e quando esse inquérito sai da delegacia e vai para o fórum todo e qualquer advogado derruba todo e qualquer flagrante por falta de competência jurídica daquele que está lá fazendo o inquérito.

Ora, nós estamos caindo no ridículo de uma tarefa da Polícia Federal, do Exército Nacional e da Mari-

nha ser encaminhada ao Paraná, porque somos campeões de roubo de cargas, e ficamos aí gastando dinheiro na televisão, ouvindo colocações sobre segurança pública, que foram comprados não sei quantos revólveres, não sei quantas espingardas, como se isso representasse...

A segurança pública do Paraná está podre, absolutamente podre, tem delegado de polícia exercendo funções típicas e exigidas de delegado de 1ª classe, sendo executados por delegados recém-entrados na carreira policial, portanto inexperientes para os próprios assuntos que tocam, como acontece inclusive com o que está tocando a questão do Tiago Amorim.

Concedo o aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Eu agradeço o aparte.

V. Exa. volta oportunamente no assunto, porque temos constatado, a cada dia que passa, cada vez mais o envolvimento de policiais em crimes. V. Exa. fala nesse famoso crime dos dólares que teria sido praticado por policiais, e o que é pior, ao abrirmos os jornais de hoje, vimos que num concurso realizado para um efetivo de 600 policiais militares, somente 200 serão admitidos! Aí se usa a desculpa da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E esses cargos que foram extintos dessas inúmeras secretarias que acabaram, aonde está este recurso? Será que este recurso não saiu do Limite de Pessoal de Responsabilidade Fiscal, Deputado Caíto? Então é muito engodo, é muita enganação e muito pouca segurança. O povo paranaense tem medo hoje, tanto da polícia quanto do ladrão.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Obrigado pelo aparte, deputado Isfer.

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Caíto Quintana.

V. Exa. com raciocínio lógico, inteligente e eficiente, aliás, como é notório em V. Exa. traz assunto que tem preocupado sobremaneira a todos nós.

V. Exa. falou que foi relatado que o carro-forte, transportando dólares saiu de Foz do Iguaçu e foi assaltado próximo ao posto de pedágio e a Polícia, por incrível que pareça, não foi descobrir quem eram os locatários do imóvel!

Tem mais, o Rafael Valenga que foi assassinado quando veio aqui fazer uma denúncia envolvendo o narcotráfico na Polícia também e que, por incrível que pareça, não despertou interesse da Polícia em investigar quem foram os seus assassinos?

Então, na verdade, a situação está paupérrima na Segurança Pública do Paraná.

O governo não investe em Segurança Pública. Os investimentos que foram feitos na Segurança foram com recursos do governo federal e o resto, com dinheiro do Funrespol. Dinheiro do Orçamento do Estado foi meia

dúzia de vinténs e o povo do Paraná está pagando com a sua própria vida o desdém do governo do Estado.

Precisamos fazer tal CPI nesta Casa, para investigar, não só a morte do deputado Tiago e que ontem o delegado deu por concluída a investigação, misteriosamente concluída, quando nós sabemos que tem muita coisa escondida ainda para ser esclarecida.

Quero fazer um apelo ao presidente da CCJ, deputado Basílio Zanusso para que, imediatamente, designe o relator do projeto de resolução da CCJ para que possamos apreciá-lo aqui no Plenário, para que possamos investigar não só a morte do deputado Tiago, como V. Exa. tem colocado muito bem na tribuna, como também os assassinatos em série em Almirante Tamandaré e como também o crime organizado.

Infelizmente o Paraná hoje está chamando a atenção das autoridades federais, porque o crime organizado cresceu exageradamente. V. Exa. está com toda a razão, e eu me somo às suas preocupações.

Obrigado.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Caíto, permite-me um aparte?

(Assentimento)

V. Exa. traz um assunto importante para esta Casa.

É um assunto que temos constantemente debatido aqui e não entendemos como é que a Polícia Civil, depois de cinco meses, negando a participação da Polícia Federal - foi um pedido da família do deputado Tiago Amorim, no dia em que estivemos em Cascavel, no seu velório, a família pedia insistentemente que esta Casa solicitasse os préstimos da Polícia Federal, porque já desconfiava que no final das investigações não se chegaria a lugar nenhum, como infelizmente não chegou.

Apontam um suspeito de mandante, apontam um tal de "Guinho". Vamos achar o "Guinho", por aí, e quem sabe possa ser até um "laranja" que vai assumir o assassinato do deputado Tiago Amorim. Nega a participação e o envolvimento da Polícia Federal.

Naquela Sessão secreta e V. Exa. lembra muito bem, quando perguntamos ao secretário da Segurança, ao diretor da Polícia Civil, se o cidadão que era seu superintendente, o homem de confiança que veio de Francisco Beltrão, junto com o delegado, trabalhou em Cascavel junto e permaneceu o delegado trabalhando e o superintendente preso!

Ora, não se suspeita que o próprio delegado também pudesse estar sabendo do que estava acontecendo, do que o seu subalterno estava fazendo na Delegacia? Quer dizer, quem é que tinha o controle da Delegacia? Parece-me que era muito mais o superintendente do que o delegado!

Coisas infantis aconteceram antes da morte do deputado Tiago, que tantas vezes usou a tribuna e que foi quase a um esforço físico na Liderança do Governo com o secretário da Segurança Pública, que confidenciou a inúmeros companheiros aqui do Plenário o que estava

acontecendo na sua cidade. Será que se tivesse mudado a cúpula em Cascavel, não teríamos poupado a vida do deputado Tiago Amorim?

Será que um problema político levado pelo aspecto político pelo secretário da Segurança Pública não contribuiu para a morte do deputado Tiago Amorim?

Este e outros fatos, as informações que foram prestadas àquela Sessão Secreta, deixaram muito claro que a Polícia foi omissa, falhou, agiu com infantilidade em não levar mais a sério a investigação. Eu não posso entender que esta Casa tenha que passar por todos os crivos, com demora e tudo o mais e eu até pensava que hoje, na CCJ fôssemos analisar a constitucionalidade da CPI no caso Tiago e das mulheres mortas em Almirante Tamandaré.

Infelizmente, foi suspensa para eu não vir para a discussão na CCJ ou será que esta Casa, por qualquer outro interesse quer - sei lá que interesse poderia haver que não seja o maior de investigar a morte de um parlamentar e que tem que ficar discutindo politicamente se é interesse ou não a CPI?

Declarei ontem na imprensa a necessidade. Há uma cadeira vazia aqui, que cabia ao deputado Tiago Amorim e que hoje não está mais. Amanhã, pode ser V. Exa., pode ser eu ou poderá ser qualquer um dos demais deputados aqui da Casa, e a Casa vai então discutir se é legal fazer a CPI ou se não é legal fazer a CPI, se concorda com que a Polícia está apresentando! Aliás, entrega o relatório para o Ministério Público e não o encaminha para esta Casa, que é outra exigência que deveríamos ter feito? Dar satisfação a esta Casa ou vamos ter que chamar mais uma Sessão Secreta!

Quero corroborar com V. Exa. também nesse sentido e dizer da minha indignação ao ver, depois de cinco meses, a conclusão de um trabalho que não conclui coisa alguma, lamentavelmente!

O SR. CAÍTO QUINTANA

Eu passo a usar o Horário da Liderança das Oposições para podermos continuar discutindo este assunto.

Aliás, é uma das sugestões que deveríamos acatar, de fazermos um requerimento de Plenário, assinado por todos os de boa vontade, solicitando que a Secretaria da Segurança encaminhe para a Assembléia o resultado de inquérito que fez, relacionado ao assassinato do deputado Tiago Amorim, até por respeito a um parlamentar desta Casa que foi assassinado. Nós não queremos discutir o mérito de quem morreu. Nós queremos saber quem matou e por que matou, porque, quem matou esse deputado, não é primário.

O Sr. Neivo Beraldin

Eu me inscrevo para um aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Quem matou o deputado Tiago Amorim é profissional, tanto o mandante quanto o executor e não se pode permitir que essas pessoas continuem na rua, pondo em

risco todos aqueles que têm coragem de enfrentá-los. Não dá para continuar.

Deputado Algaci, esses assassinatos em série de Almirante Tamandaré, ouve-se “à boca pequena” de muita gente, e ouve-se de outros tantos dispostos a depor numa CPI que isso não se trata pura e simplesmente de um maníaco, não! Existem envolvimento sérios que está se tentando calar. Absurdos crimes hediondos que acontecem.

Eu sugeriria inclusive ao governador Jaime Lerner, que assumisse o controle da Polícia Civil e Militar do Paraná, que designasse, pelo governo, os delegados chefes dos departamentos e só permitisse a saída desses delegados com autorização governamental, porque do jeito em que está, é uma lástima.

Deputado Ricardo Chab, V. Exa. no passado, denunciou nesta Casa, fatos do IML, e isso está dentro do setor de Segurança Pública, e quando nós aprovamos uma Emenda Constitucional, levando o Instituto Médico Legal para orientação direta da Secretaria da Segurança, deixando de ser um órgão auxiliar dos delegados, houve protesto geral, porque muitas e muitas coisas se acobertam nos laudos que acontecem dentro do Instituto. Então não está na hora de passar isso tudo a limpo?

A Segurança Pública do Paraná terá que continuar do jeito que está, onde não tem um pai que, uma filha estude ou saia à noite, que não fique acordado até que ela chegue em casa, de medo de ela ser assaltada nos sinaleiros.

Hoje na CCJ, foi votado um projeto de lei pedindo que os sinaleiros fiquem desligados determinadas horas da noite por causa dos assaltos constantes que existem em plena rua no centro da cidade.

Isso é Estado que fala em Segurança Pública? Ora! Meus companheiros de Assembléia! Está na hora de ser Situação ou Oposição, porque não acredito que exista aqui, deputado de Situação mal intencionado que queira, acobertar maus policiais e bandidos que estão soltos pelas ruas! Nós temos que dar uma resposta ao povo do Paraná, não pode continuar assim!

Nas pequenas cidades do interior está havendo assaltos em casas de colonos, porque essa moda pega, deputado Nereu, vê na televisão que está fácil assaltar e levar o dinheiro embora e não dar nada! Por que é que a pessoa vai trabalhar, se é fácil tirar o suor do outro na ponta do revólver, à ponta de faca, durante à noite e sabe que nada vai acontecer?

Ora! Vamos criar nesta Casa um senso de responsabilidade, pôr em prática o quanto antes possível essa CPI, pelo bem das Polícias Civil e Militar, porque muitos policiais civis e militares dão o sangue em favor da Segurança Pública e muitas e muitas vezes são traídos pelos seus próprios companheiros. E isso é que duro, deputado Algaci Tulio, alguém, querer ser sério e muitas e muitas vezes a arapuca quem está armando para ele é o próprio colega de farda, acobertado pelos superiores.

Isso não pode mais continuar. Isso tem que ser voz todos os dias aqui. E quero declarar, deputado Nereu, em homenagem à CPI: vou pedir, com conclusão ou sem conclusão, o encerramento da CPI do Rio Iguaçu, porque foi uma CPI dessas “laranjas” que foram criadas, sem necessidade de criar. Até hoje nenhuma reunião, não tem relatório, porque o relator nunca foi na reunião. Vou pedir a extinção dessa CPI, por decurso de prazo.

Acabou o prazo, não foi prorrogado, encerra a CPI sem relatório mesmo, para que outras CPI's mais importantes possam ser escaladas na Casa.

O Sr. Ricardo Chab

Gostaria, no sentido de colaborar, porque acho um assunto muito importante, até porque nós temos a informação de que na região de Cascavel ninguém acredita da maneira como se elucidou o crime do nosso colega deputado Tiago Amorim! Inclusive vou trazer informações de uma enquête que fizemos para os próximos dias a respeito de dados concretos. A população do Sudoeste não acredita que o desfecho do crime tenha sido esse que a polícia está dizendo. Esse é um ponto, e como diz aquele ditado popular, “a voz do povo é a voz de Deus”, é claro que está havendo todo um jogo.

De repente se conclui o inquérito policial sem arma, se conclui sem a motocicleta usada, sem o executor, ou seja, o autor dos tiros. Então, a coisa fica muito nebulosa.

Agora, é preciso e concordo com V. Exa., nós temos a CPI, e essa CPI tem que ir um pouquinho mais além. Nós temos que entrar no caso de Almirante Tamandaré, porque esse caso, a exemplo do caso Tiago, é uma coisa que me assusta profundamente.

Nós estamos com um requerimento aqui na Casa convocando a delegada o promotor público de Almirante Tamandaré para falar a respeito das execuções de vinte mulheres. São vinte mulheres mortas! E um detalhe, são seis policiais militares diretamente envolvidos ou não, mais dois policiais civis! Quer dizer que há cobertura, há convivência de mais pessoas.

Então, quero aqui parabenizá-lo. Acho que V. Exa. colocou muito bem, quando o diz que não se trata de Oposição ou Situação. O crime, atinge a todos, e V. Exa. também colocou com muita propriedade agora. Há projetos na Casa, liberando, franqueando o sinal durante a noite, a partir das 22 horas.

Ora! Há um pânico coletivo, um medo coletivo e toda sociedade e nós aqui na Assembléia, quietos! Nós não podemos ficar quietos sob pena de todos nós sermos taxados aqui de coniventes com isso que está acontecendo.

Então parabenizo o deputado Caíto Quintana pelo seu pronunciamento. Me somo à sua luta e quero aqui com um pouquinho de voz, reforçar o pedido da CPI.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para concluir, senhor presidente, eu agradeço a sua benevolência, e chamo a atenção, já que eu vejo que, costumeiramente, pessoas assistem às Sessões da Assembléia, quando falar sobre política, prezados senhores e senhoras que aqui estão, lembrem que existe uma bancada de Oposição, nesta Casa, que cobra sistematicamente ações. Lamentavelmente, nós somos minoria e somos minoria e não somos ouvidos.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, há alguns dias atrás vários deputados manifestaram-se no mesmo sentido, é nós solicitamos que houvesse uma mudança na data em que viria o secretário da Fazenda para fazer a sua prestação de contas quadrimestral, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. A princípio, estava agendado para que ele viesse dia 29, e houve uma solicitação para que fosse mudado para o dia 21, logo após a sessão plenária.

Eu precisava da confirmação de qual foi a data, qual foi a alteração que houve.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós vamos entrar em contato com o presidente da Assembléia, para ver qual foi a data agendada.

Naquele dia que V. Exa. levantou a questão, eu sei que o deputado Hermas Brandão presidia a sessão e ele tinha pretensões de transformar a Plenária numa comissão permanente, para que pudesse acompanhar todo o trabalho a ser desenvolvido pelo secretário da Fazenda.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Exatamente. Só lembrando que dia 30 é feriado e dia 29 nós tínhamos aquela reunião da CPI dos Alimentos com o setor industrial, na tentativa que nós estamos fazendo na pré-fixação do preço do leite, então a idéia seria dia 27.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Cezar Silvestri, nós vamos entrar em contato com o deputado Hermas Brandão para que nós possamos lhe dar essa informação no transcorrer desta Sessão.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Este seria um assunto, senhor presidente e o outro que foi um apelo, inclusive na Sessão de ontem, por vários deputados, no sentido de que fosse entregue o relatório para que os deputados pudessem estudar, inclusive para poder fazer o questionamento ao secretário.

Na última apresentação por parte do secretário, nós tivemos apenas 2 ou 3 horas. praticamente foi entregue no dia, o relatório.

Houve essa solicitação, e nós gostaríamos que V. Exa., representando esta Casa, solicitasse ao secretário que, no máximo hoje, nós tivéssemos em nossas mãos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Da mesma forma, vamos entrar em contato com o presidente Hermas Brandão que ele deve ter agendado e já deve ter tomado essas providências.

O deputado Luiz Fernandes Litro registra a presença de professores, pais e alunos da Escola Estadual José de Anchieta, de Dois Vizinhos. Integram essa comitiva Neide Marmentini, Neide Nervis, Lenir Maier Goert, Marilene Sganyela, Marli Gisleri, Neiva Meredick e Ademir Nervis. Sejam bem-vindos. Para nós da Assembléia Legislativa é um prazer recebê-los.

Pequeno Expediente, deputado Renato Gaúcho.

(Declina).

Nelson Tureck.

(Declina).

José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados; paranaenses que hoje nos visitam, especialmente o Colégio saudado pelo deputado Luiz Fernandes Litro:

Não tenha dúvidas que o pronunciamento feito pelo deputado Caíto Quintana e por outros tantos que já se valeram desta tribuna, inclusive este deputado que ora ocupa, com relação à segurança é uma situação de calamidade.

Se a força-tarefa, senhor presidente, está programada para vir ao Paraná, não vem porque o Paraná tem uma situação adequada quanto ao tratamento que se dá ao nosso sistema de segurança pública, mas vem, sim, justamente em função do descalabro e da proporção que o crime assumiu no nosso Estado, e ele assumiu por uma única razão: ausência de poder policial que hoje se verifica no Estado do Paraná.

Foi esse vácuo, essa não presença no Estado no setor de segurança que hoje constatamos situações das mais difíceis.

Mas, não subo a esta tribuna hoje para falar sobre o caso do Tiago, que foi muito bem abordado pelos deputados Caíto e Nereu Moura, ontem, aparteado pelo deputado Ricardo Chab e tantos outros, mas quero relembrar os idos de 1997 e 98, quando o Governo do Estado, na busca de transportar ou de fazer um Paraná moderno, o Paraná dos caminhos novos, implantou no Estado o pedágio.

Ontem, a Justiça Federal, representada pelo juiz federal José Antônio Savares, titular da 1ª Vara Federal de Ponta Grossa, considerou ilegal a cobrança de pedágio entre Ponta Grossa - Relógio - Ponta Grossa até Apucarana; mostrando mais uma vez que as afirmações que fazíamos aqui, os deputados de Oposição, as denúncias que fazíamos naquela oportunidade, e não é de agora, já faz quatro anos, elas refletem hoje na Justiça.

O que o paranaense pagou esse tempo todo, muitos caminhoneiros deixando inclusive de estar na sua função, deputado Eli Ghellere, porque ela foi inviabilizada pela cobrança exacerbada do pedágio.

Senhor presidente, me permita ler um pedaço, uma parte do despacho do Meritíssimo Juiz, que assim se referiu: “Recomeço por sentença a ilegalidade da cobrança de pedágio das rodovias: 277, no trecho entre Irati - Relógio, da BR-373 e dos trechos Caetano - Relógio na BR-376; nos subtrechos de São Luiz do Purunã - Imbaú - Ponta Grossa; Ortigueira - Imbaú e Mauá da Serra - Ortigueira e BR-151 no subtrecho entre Castro - Carambeí - Jaguaraí; com conseqüente determinação de suspensão.”

A decisão, publicada ontem, foi proferida em ação civil pública, proposta pelo Ministério Público Federal e afeta as concessionárias: Caminhos do Paraná e Rodonorte, que deverão se abster da cobrança do pedágio sob pena de multa diária de cinquenta mil reais.

Mais adiante o juiz diz: “sempre se valeram em relação à população do Estado do Paraná; sempre se valearam gratuitamente do motorista que teve seu acesso impedido pelo pedágio...”

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. deseja usar o horário do PDT?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Consulto o Líder do PDT, deputado Zuk.

(Assentimento)

Muito agradecido. Faço uso do Horário do PDT, a partir deste momento.

“...teve seu acesso restrito pelo pedágio, sem que nenhuma outra opção fosse deixada ao cidadão”.

Essa sempre foi a questão, deputado Neivo Beraldin, que V. Exa. ainda no mandato passado, e quero por justiça aqui lembrar, o deputado hoje prefeito de Ponta Grossa, Péricles de Melo, que fez o estudo técnico e jurídico, mostrando a inviabilidade e a ilegalidade dessa cobrança.

Só quatro anos depois vem a Justiça dando uma sentença que não é final, mas ela mostra que nós tínhamos razão e o Governo não tinha condições legais para fazer o que fez.

Foi ressaltado pelo juiz, senhor presidente. É por isso que além de ilegítimo, esse pedágio não soa bem e cheira autoritarismo.

“Mas fere a liberdade e é reconhecido universalmente, sob a declaração de que todo homem por este valor goza do direito inalienável de livremente circular. Essa foi uma das razões, em um dos pronunciamentos que utilizamos, que nós estávamos ferindo a Carta Constitucional, nesse artigo 5º que permite o ir e vir. E o pedágio impede que o cidadão paranaense possa livremente, ir e vir se não tiver os R\$4,90 para pagar no pedágio lá em Jataizinho ou em qualquer outro desse Estado.

Legítimo seria o pedágio, prossegue o juiz, segundo penso, se os rês vicinais de baixa segurança e precariedade absoluta de condições fossem transferidos para a iniciativa privada, para a construção e conservação fazendo repousar sobre os particulares, o direito de continuar a utilizar a via de que dispunham gratuitamente.

E quando o juiz fala, deputado Durval Amaral, líder do Governo, ele deve ter circulado na região que eu e V. Exa. representamos que é mais ao norte do Estado, que é a região do Itaguajé, a região de Colorado, de Santa Inês, de Nossa Senhora das Graças, que é praticamente impossível transitar naquelas estradas, dado ao seu estado de precariedade.

E o Governo, vem com uma mala debaixo do braço, assinando convênios que, com certeza, muitos deles não serão resgatados e não serão cumpridos com os municípios.

Mostra que há um desrespeito com o cidadão, quando imputa a ele uma taxa, um preço público, do qual o Governo não tinha legalidade para fazer isso.

E ao mesmo tempo, em que da outra ponta não preserva as estradas, enquanto o patrimônio público, enquanto via de acesso construída com recurso da comunidade, deixando perecer não só estradas, mas perecer vidas na região. Recentemente, três jovens perderam a vida porque caíram em um buraco e o buraco fez desviar o seu carro, deputado Ricardo Maia e V. Exa estava naquele dia em Colorado. Fez desviar e caiu na represa. Morreram três jovens. Vidas ceifadas pela irresponsabilidade, ceifadas pela falta de um Governo que, primeiro colocou e abusou do poder autoritário que tem, impôs o pedágio. E na segunda mão, não preservou as estradas que servem o nosso Estado.

Por isso, senhoras e senhores deputados, é que a Justiça tarda, mas vem colocar justiça àquilo que nós falávamos em 98 e 97, de que não havia legalidade. Não havia respaldo para que o Governo implantasse o pedágio que implantou.

Por isso, mais uma vez, a Oposição tem o discurso e não só o discurso, deputada Luciana, mas tem também a verdade ao seu lado, representada nessa instância, inicial, sim, da Justiça que estabelece, reconhece a ilegalidade.

Antes de lhe conceder um aparte, deputada Luciana, eu pediria ao senhor presidente mais uma tolerância ao nosso tempo.

Eu gostaria de citar mais uma expressão: “não é apenas pela falta de uma rota alternativa que o pedágio foi declarado ilegal pelo juiz José Antonio Savares. Segundo ele, interpretando: se na Constituição Federal observa-se que a rodovia pedagiada deve oferecer vantagens aos usuários, ao menos pista dupla. A decisão de Savares indica que não é qualquer rodovia que pode ser escolhida como alvo do pedágio.

Os trechos da rodovia BR 277, que passaram a ser de acesso restrito, estão longe de atender aos pressupostos universais para a cobrança do pedágio. São rodovias simples, com circulação travada por obras de recuperação”.

Diz ele ainda: “o discurso de que as rodovias estão bem melhores do que antes, não implica na expurgação da ilegalidade das concessões. O ilegítimo não se torna

ilegítimo por que acredita ter melhorado algumas das suas circunstâncias”.

Aqui na época, recordo-me, deputado Cezar Silvestri, V. Exa. que é engenheiro e que usou desta tribuna para também condenar, trouxemos o Decreto-Lei nº 19/69, em que uma das exigências dele é que tenha que haver a ocorrência, a existência de uma mão dupla; em mão simples não se permite pedágio à luz da Lei, especialmente o Decreto-Lei de 1969. Não é de agora, não é processo legislativo de agora.

Eu concederia aparte à deputada Luciana Rafagnin e daria por encerrado o meu pronunciamento.

A Sra. Luciana Rafagnin

Obrigada, deputado!

Só a título de corroborar com V. Exa, e gostaria de dizer que ficamos felizes com essa decisão da Justiça Federal e disse bem V. Exa.: se cobra pedágio e não se oferece alternativa para os usuários.

E, nesse sentido, eu gostaria de deixar registrado, porque no ano passado nós estivemos, junto com a coordenadora da Pastoral da Criança, visitando então o deputado Nelson Justus e pedimos e ele foi, é bom deixar bem claro aqui que ele se empenhou muito no nosso pedido, mas infelizmente não conseguimos nenhum resultado positivo.

Nós fomos junto com a coordenadora da Pastoral da Criança do Estado do Paraná, solicitar que fosse isento o pedágio do carro da Pastoral da Criança, porque ela é uma entidade sem fins lucrativos, faz um trabalho totalmente voluntário e, no entanto, esse pedido da isenção de um carro da Pastoral da Criança para rodar o Paraná, para fazer esse trabalho importante que faz, foi negado pelas concessionárias.

Então, nós lamentamos que a ganância é tanta das Concessionárias e esperamos que, realmente, se faça justiça e que não se cobre mais o pedágio, porque é lamentável que no nosso Estado do Paraná se cobre o pedágio de uma entidade que faz um trabalho tão bonito, tão importante quanto é o trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança.

Muito obrigada!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Com a aquiescência do senhor presidente, só antes eu gostaria de dizer que com referência à solicitação feita pela deputada Luciana Rafagnin ao então secretário Nelson Justus e hoje deputado, é uma instituição candidata pelas suas ações, pelas suas obras, a Prêmio Nobel da Paz.

Então, só por isso nós já concluímos da sua importância, da sua legitimidade quanto a postulação que fez junto ao governo, através de uma das suas secretarias.

Concedo, então, um aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Eu quero apenas, neste aparte cumprimentá-lo pela oportunidade do discurso. tive também oportunidade de ler essa matéria muito bem explicativa do jornal Gazeta do Povo, hoje. E apenas dizer-lhe que a questão do pedágio não está apenas sendo discutida a nível de Estado do Paraná. Ainda hoje pela manhã, na Rede Record, pude assistir o jornal das oito horas e lá por mais de cinco minutos o assunto abordado era a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras. E o que eles lá anunciavam é que nos últimos cinco, seis, anos, no Brasil havia sido aumentado em mais de 500% o número de praças de pedágio, entendendo eles, aqueles que estavam se manifestando, das mais diferentes camadas sociais, desde o pessoal da região Alfaville, em São Paulo, até os caminhoneiros, os taxistas, os pequenos transportadores, todos com uma só reclamação: que o pedágio custa caro, absurdamente caro, em todos os lugares onde ele é implantado.

Então, cumprimento V. Exa. e quero cumprimentar o digno magistrado que expediu essa decisão de suspender a cobrança de pedágio em rodovias do Estado do Paraná.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado, deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Cezar Silvestri

Mais uma vez quero agradecer a benevolência do nosso presidente.

Deputado José Maria, V. Exa. é testemunha, e eu lembro bem que nas eleições para prefeito, há dois anos atrás, a questão do pedágio foi muito debatida. E eu lembro que de forma geral houve exploração por muitos candidatos com relação à questão do pedágio e eu fui, inclusive, no meu município, acusado de não ter assinado a CPI do Pedágio. V. Exa. me deu a oportunidade. E eu lembro bem que V. Exa. encontrava comigo no plenário e dizia: falta apenas uma assinatura. No mesmo dia eu fui, eu fazia parte da Base de Apoio ao Governo, fui ao Palácio Iguazu comunicar que eu assinaria a CPI do Pedágio. E fui no seu gabinete e assinei.

Então, até aproveito a oportunidade para que V. Exa. possa confirmar para que isso realmente seja esclarecido.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu dou o meu testemunho.

O Sr. Cezar Silvestri

Faltava uma assinatura, e eu, mesmo fazendo parte da Base do Governo fui assinar no seu gabinete.

E digo isso, e até porque o governador, e eu acho que é importante, deputado José Maria que nós recuperemos a memória da população paranaense, que muitas pessoas apostam na falta de memória do povo, votam muitas vezes contra o povo, votam contra os interesses do

povo e dizem: “não, daqui a seis meses ninguém mais lembra, a força da mídia apaga tudo”.

Aconteceu com relação à questão da Copel e nós já sentimos que em muitos municípios nem se fala mais e nem sabe mais quem votou a favor, quem votou contra. Agora, o governador embolou o meio de campo e disse que ele nunca foi contra a venda da Copel, que ele sempre foi favorável à Copel desde criancinha. A Copel tem feito propagandas institucionais bancadas com o dinheiro público como a melhor empresa, e é a melhor empresa de energia elétrica do Brasil e o próprio governo defendendo isso com a maior cara-de-pau!

Mas, é importante lembrarmos que nas eleições, há quatro anos atrás, para o Governo do Estado, que ia perder as eleições se não baixasse a tarifa do pedágio. E ele reduziu, assumiu um compromisso com a população paranaense que reduziria a tarifa em 50% e essa tarifa permaneceria com preço reduzido. Passaram-se apenas 60 dias, o preço voltou ao normal. E todos nós da Oposição temos o dever de lembrar à população paranaense desse estelionato eleitoral praticado pelo governador Jaime Lerner.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte e agradeço, sobretudo, a paciência do senhor presidente, e a tolerância com o nosso tempo.

Muito obrigado!

O SR. FERNANDO GUIMARÃES (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença do vereador Antônio Urbano, da cidade de Pato Branco, acompanhado do jornalista Orlando de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado.

Horário do Grande Expediente.

Conforme requerimento aprovado do ilustre deputado Ângelo Vanhoni, teríamos a presença, hoje, do representante do Sinepetro e também representante da Associação de Deficientes Físicos do Estado do Paraná. Mas, durante a Sessão, o deputado Ângelo Vanhoni entrou em contato com esta Presidência, e damos a palavra para que V. Exa. possa fazer os esclarecimentos necessários.

Com a palavra o senhor Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, solicitei a V. Exa. que transferisse a data da tribuna livre de hoje que estava marcada para que os deficientes físicos, funcionários por convênios da empresa de Correios e Telégrafos do Brasil inteiro, em função da iminência da possibilidade da retirada da anulação da não renovação de um convênio com as entidades do Brasil inteiro poderiam fazer com que perto de três mil e quinhentos portadores de deficiência

que prestam serviços nesta empresa em território nacional, viessem a estar desempregados.

Em contato com a Associação, em contato com representantes, solicitamos a transferência para uma data posterior a ser marcada por V. Exa. ainda.

Neste sentido gostaria de solicitar que o vereador que é relator lá das investigações pela Câmara de Vereadores de Almirante Tamandaré, o vereador Piva que está presente, que pudesse fazer uso dos dez minutos para que desse um breve relato de como está a situação de Almirante Tamandaré; o processo de investigação está transcorrendo naquela cidade.

Se V. Exa. assim concordar, para nós seria uma grata satisfação, porque este assunto da segurança pública tem sido palco de debate aqui na nossa Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós concedemos a palavra ao vereador Luiz Piva, de Almirante Tamandaré, para que V. Exa. durante dez minutos, possa fazer um esclarecimento à Assembleia Legislativa.

O SR. LUIZ PIVA

Senhor presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, meus cumprimentos, meus agradecimentos à Mesa.

Venho numa data infelizmente apropriada como relator de uma CPI que investigou a questão da segurança em Almirante Tamandaré. Apropriada porque esta Casa chora ainda a morte de um de seus membros e nós lá choramos a morte de quase duas dezenas de mulheres, exatamente 18 mulheres mortas em dois anos e meio e duas ossadas.

Quero dizer, senhor presidente, do trabalho que realizamos a princípio em cima da questão das mulheres e ao final se verificou também cerca de cem homens executados aí neste mesmo período. Nossa comissão da Câmara de Almirante Tamandaré se colocou num propósito de verificar o que estava ocorrendo no aparato de segurança pública lá no nosso município.

E eu posso citar aos senhores e senhoras deputadas alguns dados, como por exemplo, em 1996 o município contava com oito investigadores, dois escrivães, contava com 31 policiais militares. Em 2001 nós chegamos ao número aproximado de 100 mil habitantes contra 65 mil, em 96, e exatamente o mesmo número de policiais.

O que pudemos observar, e como relator caminhei nesta direção, de que houve, ao longo desse período, uma clara falta de vontade política do governo do Estado. Eu diria mais, uma clara falta de responsabilidade em enfrentar o problema e eu posso apontar algumas coisas, por exemplo: em 25 de agosto quando ainda somavam oito mulheres mortas, numa audiência pública, o chefe de polícia do Paraná, em nome do senhor governador, anunciou à população a criação de uma equipe de trabalho e a

nomeação de um delegado especial e informou no dia 25, que já havia uma Portaria do dia 24 - o delegado designado soube apenas nesse dia. A equipe especial acabou ficando um homem, um delegado, ele desenvolveu o seu trabalho permanecendo em outras funções e no correr dos trabalhos, até mesmo outras atividades lhes foram passadas e ele então, pediu para abandonar o cargo.

A nossa comissão em Almirante Tamandaré, em 09 de outubro de 2001, solicitou ao governo do Estado a indicação de uma equipe especial de investigação. No dia 20 de dezembro, através da imprensa, tivemos como retorno à indicação de uma equipe especial de investigação, que é a atual delegada Vanessa Alici. Essa equipe nos deu tranquilidade e, finalmente, as coisas vão acontecer.

No andamento dos trabalhos, por sinal muito bem realizados pela citada delegada, verificamos que a equipe especial de investigação se resumiu na delegada e um investigador, que lhe auxiliar. Com o trabalho conjunto, a delegada se empenhando, a imprensa tendo papel importante, prisões foram acontecendo. Essas prisões, vez por outra, uma equipe acompanha.

Qual é a situação hoje senhor presidente? Perto de 20 pessoas presas e um trabalho de tentar agora levantar as provas, as evidências. E isso me faz estar hoje nesta Casa, para pedir a mobilização e o empenho desta e que possa interceder. Que esse trabalho de investigação possa ser ampliado. Da forma como ele está, senhor presidente, o receio que temos é que, em breve, as prisões esgotem o seu prazo e esses presos possam estar novamente às ruas. Será difícil aonde se deve chegar com a limitação de trabalho.

A situação dos últimos dias tem-se resumido, em um final de semana, onde a imprensa deu grande destaque, houve para lá uma mobilização de patrulhamento policial. Mas as condições de trabalho da delegacia local, da equipe que investiga, que repito, de duas pessoas, essa condição de trabalho continua inalterada.

Por isso, ao longo desse estudo, dessa análise que fizemos, à convicção que fui criando, é que de fato é preciso cobrar do senhor Jaime Lerner a sua devida responsabilidade, o seu enfrentamento de frente nessa questão, porque há ainda senhores deputados, o clima de medo.

Não adianta dizer à imprensa que é preciso ajuda para coletar provas, porque se uma delegada de polícia, quando ameaçada, o chefe da Polícia Dr. Leonil Ribeiro, vai à imprensa e diz o seguinte: "Ela que se vire! É uma policial experimentada, e sabe se defender". Imaginem o homem do povo. Imaginem o vereador de uma pequena cidade, se vai ter a coragem de enfrentar, porque muitas das prisões pedidas não foram aceitas pela polícia, o que pode levar a crer ou não que são inocentes ou que possam ser bandidos e estejam a conviver conosco no dia-a-dia.

A última mulher morta, a polícia determinou que nenhum familiar mexesse na casa, pois esta seria periciada - foi no dia 05, último. A casa ainda não foi periciada, a não ser pelos ladrões que lá estiveram e levaram

roupas de quatro crianças órfãs e um televisor, porque não há a devida estrutura e a condição de trabalho para fazer. E o clima de medo permanece. É preciso enfrentar isso de frente.

Podemos dizer que o problema da violência é generalizado. Mas estou a dizer de um local que duas dezenas de mulheres mortas e cem homens - segundo a imprensa - possivelmente executados.

Quero senhor presidente, aproveitar aqui a oportunidade, trazendo um exemplar que detalha tudo que foi pedido e reivindicado ao Governo do Estado nesses anos, desde 1996, está aqui citado que à época, o Ministério Público já em entrar com uma ação cível pública pedindo intervenção no Estado do Paraná e responsabilizando o Governo do Estado, tudo isto devidamente documentado, além das minhas impressões, além de um farto material da imprensa e que eu gostaria de passar ao final dessa fala ao presidente da Comissão de Direitos Humanos, com quem hoje já estive a conversar, deputado Renato Gaúcho, e eu quero deixar isso aqui.

Quero dizer, senhor presidente para concluir, que a desconfiança da população é tamanha, e é muito bem esclarecida e que eu gostaria de citar no final do meu pronunciamento um bilhete que recebi de uma senhora idosa, mãe de Maria Izabel, assassinada em outubro de 1999.

Ela me passou um bilhetinho no dia em que eu estava a fazer a leitura do relatório da CPI e ela colocou nesse bilhete:

"Vereador Piva, gostaria que o senhor incluísse no seu relatório: O governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, recentemente se comoveu ao assistir ao nascimento de um bezerrinho, na Feira Agropecuária em Londrina. O governador Jaime Lerner, nos últimos dois anos e meio, quando 17 mulheres foram mortas, não derramou uma só gota de lágrimas. Assinado D. Elvira, mãe de Maria Izabel".

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Cabe aparte, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não, não cabe aparte.

Eu solicitaria encarecidamente aos nossos deputados, se nós abrirmos uma exceção, convidamos, deixamos que o vereador Luiz Piva, substituísse hoje, não foi nem aprovado pela Plenária, mas se nós transformarmos isso num debate, sobre a questão da segurança envolvendo não só a comunidade do município de Almirante Tamandaré, mas de todos os municípios do Estado do Paraná, com toda certeza ficaríamos aí a tarde toda debatendo sobre esta questão.

Nós agradecemos muito ao vereador Luiz Piva pela sua presença.

Pela ordem, deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Não vejo sentido, senhor presidente, acho que a Casa não tem pressa para encerrar a Sessão.

O SR. PREDISENTE (Elio Rusch)

Deputado Algaci Tulio, não é uma questão de pressa, mas se nós abirmos exceções, não podemos transformar isso num debate.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor presidente, eu quero apenas cumprimentar o vereador Piva, dizer do excelente trabalho feito que há muito tempo conhecemos a sua luta, desde o tempo que tentou-se implantar um aterro sanitário, um lixão em Almirante Tamandaré, uma luta de muitos anos, e que graças a Deus a população de Tamandaré o consagrou como vereador daquela cidade.

Leve os meus respeitos. Infelizmente, não posso dizer ao restante dos senhores vereadores de Tamandaré, que no momento de angústia da população, que no momento que se busca as informações, as investigações, e que no momento que V. Exa. precisava aprovar o seu relatório da CPI, sete dos vereadores de Tamandaré estavam ausentes da cidade, senhor presidente, estavam interessados numa pescaria no Mato Grosso, do que discutir a questão da segurança da comunidade de Almirante Tamandaré.

Era o registro que eu queria fazer, senhor presidente.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Eu gostaria, neste momento, na condição de deputado presidente da Comissão de Segurança Pública, pedir uma cópia do relatório do vereador Piva para que passasse às mãos da Comissão de Segurança, até porque a Comissão tem aqui já apresentado um requerimento convocando a delegada e convocando o promotor público de Almirante Tamandaré para que possamos nos aprofundar nesses casos, porque há uma série de conversas, o senhor sentiu isso na sua CPI, eu sinto isso diariamente.

Então, eu gostaria, neste momento, de solicitar ao vereador que me passasse uma cópia também do relatório para que nós pudéssemos nos aprofundar e até agora tivéssemos a presença da delegada e do promotor público de Almirante Tamandaré, nós pudéssemos ter mais subsídios para poder questioná-los.

Essa é a minha sugestão.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Apenas para deixar registrado nesta Casa que quando o PPS buscou a Polícia para averiguar a morte do presidente do PPS Municipal, de Almirante Tamandaré, nosso companheiro Miguel Donha, da mesma forma não tivemos a cobertura policial necessária e nem o aprofundamento da questão.

Então, fica muito claro que em Almirante Tamandaré nós temos um envolvimento e um acobertamento do

que vem se passando lá com essas mais de 120, 140 mortes ocorridas nos dois últimos anos.

Registre-se que deve haver algum interesse muito grande que esconde todas essas mortes que acabam sendo relacionadas.

Nós entendemos, na oportunidade do relatório trazido pelo vereador Piva, da oportunidade e da forma com foi feito este relatório. Acho oportuno que o deputado Ricardo Chab peça à Comissão de Justiça a presença da delegada, mas eu quero voltar a frisar, que é mais do que o momento de uma CPI, é mais do que o momento de investigarmos o que se passa na segurança do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Nós estamos efetivamente gratificados com a presença do Luiz Piva, de Almirante Tamandaré, que nos relata fatos que nós já conhecemos particularmente pela grande mídia e pelos amigos que temos em Almirante Tamandaré, mas é exatamente preocupante, quando um deputado é morto, matado, e quando não é revelado pela Segurança Pública, quem o matou. Não elucidou o caso.

É extremamente grave, senhor presidente, quando acontece o que está acontecendo em Almirante Tamandaré. Vinte mulheres! Todo o município está, com certeza, apreensivo. Imaginem como irão as mulheres às ruas, como uma mãe se sente, vendo a filha ir à escola, sabendo que vinte vezes seguida e mais grave ainda, como que o governo do Estado não designou uma Comissão maior para apurar e elucidar os fatos, como disse V. Exa.

Dois detetives! Dois são poucos! Tínhamos que ter uma força-tarefa para elucidar o problema de Almirante Tamandaré. Não é possível que o governo do Estado esteja brincando com o povo do Paraná, cruzando os braços e não se manifestando diante de uma situação tão grave como essa!

Senhor presidente, mais uma vez vou reclamar do som, porque o som, aqui em cima, cada vez que um deputado da Oposição coloca o “dedo na ferida”, o som cai, é automático!

Senhor presidente, solicito a V. Exa., que encareça ao presidente da Casa, uma medida urgente, no sentido de fazer com que a Assembléia Legislativa, através da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Ricardo Chab, que não meça esforços no sentido de passar a ouvir esses relatos da delegada, do promotor de Justiça, dos vereadores, da população, e peço a V. Exa. também que encareça ao senhor presidente Hermas Brandão, para que encareça à Secretaria de Segurança, a fim de que nos informe com detalhes, porque o governo se omite na morte de um deputado. Por que o governo se omite na morte de vinte mulheres na região metropolitana e por que é que temos a segurança que temos? A

Assembléia tem que agir! Há de surgir uma voz da Base do Governo para dar alguma explicação, porque o vereador está aqui relatando fatos concretos.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Senhor presidente, senhores deputados e vereador Luiz Piva. Quero agradecer em nome da Bancada do nosso Partido, Partido dos Trabalhadores e como deputado estadual o trabalho que V. Exa. vem fazendo lá em Almirante Tamandaré. É de pessoas com um mandato popular como V. Exa. que nos deixa animados para continuar na luta, para conquistar uma vida melhor para o nosso povo.

Sabemos das dificuldades que V. Exa. tem enfrentado junto com a população de Almirante Tamandaré, para buscar solução nos casos de violência, que agora são acometidos ao povo daquela cidade.

Está de parabéns, pela coragem e pelo trabalho que vem fazendo junto à comunidade, senhor presidente, V. Exa. que vem de uma cidade distante do interior do Paraná, lá de Marechal Cândido Rondon, Talvez não tenha a clarividência e a percepção da gravidade da região metropolitana da nossa Capital do Estado.

Há questão de um ano e meio atrás, quando a CPI do Narcotráfico esteve aqui presente, nós descobrimos, e a televisão e o povo do Paraná ficaram surpresos e assustados, porque num terreno de propriedade do prefeito de Rio Grande do Sul - Sr. João Dabruscal, mais de 150 motores foram encontrados na diligência feita pela Secretaria de Segurança Pública, na época, sobretudo pela CPI e pelo trabalho da Polícia Militar na luta contra o desmanche de carros da região metropolitana da nossa cidade.

Recentemente, o delegado Bradoc que estava à frente da Delegacia de Rio Branco do Sul, no cumprimento de suas funções, acabou afastado daquela delegacia pelos motivos até agora não explicados por parte da Secretaria de Segurança Pública. Hoje o delegado Bradoc, que continua em algumas investigações relativos ao desmanche de carros, também tem sua vida ameaçada. Agora esse fato do assassinato em série de vinte mulheres, que tudo indica pelas declarações das autoridades que estão à frente das investigações, fazem parte de crime organizado, sobretudo, tráfico de drogas na região metropolitana da nossa cidade.

É urgente que a Comissão de Justiça analise e designe relator para que a proposta de CPI, assinada por dezenove deputados venha a esta plenário, para que a Assembléia Legislativa possa deliberar com a realização de uma CPI, para ajudar nas investigações.

É este o apelo que faço a V. Exa. para que faça esforço, para que na próxima sessão da CCJ, o presidente, o deputado Basílio Zanusso, encaminhe e designe um relator para que o processo possa ser apreciado por esse Plenário.

Senhor Luiz Piva, V. Exa. está de parabéns e tem a solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do

Paraná, que somente com a organização popular e com pessoas como V. Exa. é que vamos construir um mundo melhor para os nossos cidadãos da nossa região metropolitana.

Muito obrigado!

O Sr. Edson Strapasson

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de cumprimentar o nobre vereador Luiz Piva de Almirante Tamandaré, pela sua postura, que tem se colocado frente à Câmara Municipal, que é o exemplo realmente do trabalho do vereador que está participando em defesa da sua comunidade.

Almirante Tamandaré, hoje, é manchete nacional por um motivo muito triste. E como foi colocado aqui por vários parlamentares, nós da Assembléia Legislativa, não podemos, em hipótese alguma nos colocarmos a reboque de uma situação ou até muitas vezes, quando nós vemos um processo de uma CPI que está na CCJ, muitas vezes de certa forma é colocado refreando o processo, e isso não se pode admitir. A região metropolitana que hoje sofre muito, com a questão da falta de policiamento. Estive ontem em uma reunião num bairro de Colombo, e nós podemos sentir de perto o desespero do nosso cidadão que não sabe mais onde se apoiar e pede de forma desesperada que alguma coisa se faça.

É evidente que esta casa precisa, definitivamente, posicionar-se nesse quadro. Eu diria, agora há pouco, senhor presidente, senhores deputados que, quando a CPI Nacional aqui esteve e desvendou a forma conduzida pelo crime organizado em conluio ou até conduzido pelas autoridades do governo, pelas autoridades policiais, o governo teve a oportunidade de fazer processo de renascimento das cinzas e pudesse aqui, estabelecer uma nova ordem, uma nova polícia e, infelizmente, o que nós vemos é o que o governo tentou acobertar, proteger, talvez o seu rabo, e o que nós temos hoje é uma polícia que está acorvadada, e muitas vezes, e eu tive que ouvir essa semana, senhor presidente, aqui no município de Colombo, numa reunião que tivemos no comando da Polícia Metropolitana, tive que ouvir de um coronel da Polícia que me dizia o seguinte: “quando o tráfico de drogas é combatido na base, nós podemos prender pequenos traficantes, mas quando chegamos no tubarão das drogas vem uma ordem de cima que é para controlar os ânimos”.

Não sei se é o mesmo sentimento que está fazendo com que um processo, nesta Casa está sendo hoje segurado ou se quer um requerimento para que o secretário Tavares venha a esta Casa explicar como anda a Segurança Pública do Estado do Paraná.

É importante dizer que a vida não tem preço, não tem partido, e que não se faz com oposição ou com situação.

É importante dizer que nós todos, governo ou oposição, temos uma tarefa muito árdua, que é se posicionar para dar uma luz de esperança, uma esperança de talvez tranquilidade que não existe hoje, na nossa sociedade.

A região metropolitana está em desespero. Espero que nós parlamentares, que a Câmara de Vereadores, posamos nos posicionar de forma clara para que possamos combater o crime e não nos acovardarmos ou omitirmos aquilo o que é preciso fazer.

Parabéns, vereador pela sua coragem, eu sei que o senhor está enfrentando essa questão em Almirante Tamandaré.

O SR. LUIZ PIVA

Senhor presidente, eu pedi rapidamente, para dizer o seguinte: eu mantive contato com a Comissão de Direitos Humanos. Coloco à disposição da Comissão da Segurança, como eu tenho apenas uma cópia, eu quero dizer ao deputado Ricardo Chab que então o deputado Renato Gaúcho possa providenciar; enfim é a cópia que eu tenho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós agradecemos a presença do vereador Luiz Piva, do município de Almirante Tamandaré, que tem relatado para nós o trabalho que está sendo desenvolvido pela CPI instituída naquela Casa de Leis.

Horário das Lideranças: PL; PSC; PSL; PPS; PPB; PFL; PSDB; PTB; Liderança do Governo.

(**Declinam**).

Passa-se à Ordem Do Dia.

Antes, porém, queremos registrar, a pedido do deputado Augustinho Zucchi, a presença do vereador Pastor Urbano, de Pato Branco, acompanhado do jornalista Orlando de Jesus.

Sejam bem vindos. Obrigado pela presença.

Informo que há requerimento na mesa, de nº 1370, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando o uso da palavra, no Grande Expediente do dia 22, por 15 minutos, ao senhor Antônio Lúcio Zarantonello, presidente da Fetaep. **Aprovado**.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Algaci Tulio e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Convido, novamente, o nosso presidente, deputado Hermas Brandão, para que assuma os trabalhos.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, confesso a V. Exa. que não tive oportunidade de conversar pessoalmente com V. Exa. e também não conversei com outros parlamentares, em especial com a deputada Luciana Rafagnin. A indagação que faço a V. Exa. é se está assegurada a reivindicação feita pela Fetaep...

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

É um requerimento que colocamos para ser votado hoje, reservando para amanhã o Grande Expediente para Fetaep.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É para pauta de negociação do Grito da Terra Brasil - Paraná - 2002.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Houve uma solicitação do presidente Antônio Antonello pedindo o Grande Expediente de amanhã e temos um requerimento aqui, no sentido de ser aprovado ou não pelo Plenário.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há na Mesa um requerimento assinado por diversos deputados que pede o encaminhamento, em 24 horas, do relatório do inquérito policial sobre as investigações da morte do deputado Tiago Amo-

rim Novaes. Se deixarmos para o final da sessão, corremos o risco de não aprovação; como é um assunto que diz interesse a toda Casa, (o encaminhamento deste relatório), encareço a V. Exa. a antecipação da votação desse requerimento, deputado Hermas Brandão.

O SR. RICARDO MAIA (Pela Ordem)

Senhor presidente, da mesma forma, solicito que o meu requerimento da Comissão de Segurança Pública, que está há dias para ser votado, para que V. Exa. desse preferência e colocasse primeiramente em votação. É o requerimento que faz a convocação da delegada Vanessa Alice, que está encarregada dos crimes de Almirante Tamandaré e do promotor público de Almirante Tamandaré, para que venham falar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós vamos dar prioridade aos requerimentos após a votação da Ordem do Dia, dos projetos.

V. Exa. terá seu requerimento colocado em primeiro lugar.

O SR. ALGACI TULIO

Não é meu, é da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2001, que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 628/2001**

Fica alterado o artigo 1º do Projeto de Lei nº 628/2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizada a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar a instituir um plano de benefícios previdenciários para seus funcionários, em conformidade com o disposto no Parágrafo 1º do artigo 232, da lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei de Sociedades Anônimas), nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e nos termos do *caput* do artigo 202, da Constituição Federal”.

Sala das Sessões, em 21.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO, ELI RUSCH, EDNO GUIMARÃES, CESAR SELEME, LUIZ CARLOS MARTINS

Encaminha-se o projeto à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 702/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Esportiva Aliança, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Chamada Nominal.

Senhor presidente, retiro a chamada nominal. Vamos para votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os senhores deputados que aprovam o projeto do deputado Ademir Bier, queiram levantar-se. É um projeto de Utilidade Pública.

Está aprovado por unanimidade, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Estrela da Manhã, com sede e foro na cidade de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2002, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 391/2002, que concede a gratificação especial por assiduidade aos servidores efetivos do quadro do Ministério Público do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/2002, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 059/2002, que altera a Tabela 3, do Anexo III, da Lei nº 11.719, e 12 de maio de 1997 e Tabela 1, do Anexo II, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997, referentes aos quadros de servidores do Poder Judiciário. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade

Pública a Associação de Irmãs Benéficas Evangélicas da Vila Pérola - Aibep, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Mãe Solidária - Cams, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/2002, de autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Alto Bela Vista, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Dom Bosco, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o substitutivo geral, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Liga das Associações Culturais de Assaí - Laca, com sede e foro no município de Assaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que estabelece, para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 160/2001, de 30.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 568/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 568/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, estabelece para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências.

A matéria tem como objetivo proteger o consumidor, evitando que a comunidade pague, com o consumo de água, a passagem de ar na distribuição da água tratada. Busca o autor impor maior eficiência ao serviço de abas-

tecimento de água, em consonância com o artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078, de 11.09.90).

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 568/2001.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 568/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, estabelece para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências.

O projeto em destaque recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Esta comissão opina favoravelmente, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontrou impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 568/2001

P A R E C E R :

De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, o projeto de lei em análise estabelece para as concessionárias de abastecimento de água, a obrigatoriedade de instalação de dispositivo que elimine o ar na medição do consumo de água, e dá outras providências.

O projeto de lei em questão, já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Chamada esta comissão a se manifestar, verificamos o elevado mérito da matéria, já que, com a instalação do referido equipamento, haverá sensível redução nos valores pagos indevidamente nas contas de água, pois o dispositivo impede a passagem de ar simultaneamente com a água.

Diante do exposto, acompanhamos os pareceres anteriores e somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano, que estadualiza a estrada

municipal que liga Bom Sucesso do Sul à PR-566. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 006/2002

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Ademar Traiano, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Bom Sucesso do Sul à PR-566, conforme especifica.

Em sua proposta o deputado lembra a importância da via para os atuais moradores e para o desenvolvimento da região.

Chamada esta comissão a manifestar-se, nada encontrou que pudesse impedir o trâmite deste projeto nas demais comissões desta Casa.

Portanto, nosso parecer é favorável à discussão e votação da proposição.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 006/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademar Traiano, dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga Bom Sucesso do Sul à PR-566.

A presente proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 006/2002, ressaltando a importância desta estrada para o município de Bom Sucesso do Sul e para a região Sudoeste.

Sala das Comissões, em 01.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 006/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Ademar Traiano, o projeto de lei em análise dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga Bom Sucesso do Sul à PR-566.

O projeto de lei em questão, já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, situado no município de Andirá ao Clube Anos Dourados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado.** Emenda Corretiva. **(Publ. no DA nº 010/2002, de 05/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 081/2002

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Hermas Brandão, o presente projeto autoriza o Poder Executivo a doar imóvel situado na zona urbana do município de Andirá, constituído pelo Lote A, com área total de 315,30m2 (trezentos e quinze metros e trinta centímetros quadrados) na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá, sob nº 7.843, fls.01, Livro 2, ao Clube Anos Dourados.

Fundamentação

A Constituição Estadual, em seu artigo 10 cita que os bens imóveis do Estado só podem ser doados mediante lei se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos declarada de Utilidade Pública. (grifo nosso)

Conclusão

Isto posto, somos pela aprovação do projeto de lei em epígrafe.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 081/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Hermas Brandão, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, situado no município de Andirá, ao Clube anos Dourados.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação. Apenas estamos apresentando emenda corretiva objetivando alterar a expressão “doar” por “ceder”, tendo em vista o Poder Executivo não poder doar imóvel para Clubes, Associações, Entidades Filantrópicas, etc.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda Corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 081/2002**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Clube Anos Dourados, imóvel situado na zona urbana do município de Andirá, constituído pelo lote A, com área total de 4.124,50m² (quatro mil cento e vinte e quatro metros e cinquenta centímetros quadrados), na forma do matriculado no Cartório de Registro e Imóveis da Comarca de Andirá, sob nº 7.843, folha 01, livro 02.

Parágrafo Único - O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado como sede do Clube Anos Dourados, para a promoção de eventos sociais, beneficentes e culturais, tendo esta cessão a duração até 31 de julho de 2.007, podendo ser prorrogada por 5 (cinco) anos mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se, automaticamente, sem efeito.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10.04.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 081/2002**

P A R E C E R :

De autoria do deputado Hermas Brandão, o projeto de lei em análise autoriza o Poder Executivo a doar imóvel, situado no município de Andirá, ao Clube Anos Dourados.

O projeto de lei em questão já recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, desta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão de Obras a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2002, que objetiva prorrogar por quatro anos, o prazo da cessão, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, com área de 1.200,00m², situada no bairro Campina do Siqueira,

nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01/04/2002-Mens).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 167/2002**

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa prorrogar por quatro anos, o prazo de cessão, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, com área de 1.200,00m², situada no bairro Campina do Siqueira, nesta Capital.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 167/2002**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 167/2002 em tela para análise, de autoria do Poder Executivo, objetiva prorrogar por quatro anos, o prazo da cessão, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, com área de 1.200,00m², situada no bairro Campina do Siqueira, nesta Capital.

A Comissão de Finanças, chamada a se manifestar, entende que o referido projeto apresenta as condições normais para o seu regular andamento nesta Casa de Leis.

Sob o ponto de vista desta Comissão, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/2002, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, do município de Quatro Centenário, com sede no município de Quatro Centenário e foro no município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/2002, de 01/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 177/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, do município de Quatro Centenário.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para, melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 177/2002

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade do Rio Barreiro, com sede no município de Quatro Centenário e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2002, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que incentiva o recolhimento de impostos estaduais em atraso e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/2002, de 15/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 216/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Ademar Traiano, tem por objetivo incentivar o recolhimento de Impostos Estaduais em atraso e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 216/2002

Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - vencidos até 28 de fevereiro de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 100 (cem) vezes, desde que o pagamento do imposto, monetariamente atualizado, seja efetuado integralmente até 30 de setembro de 2002, ou o requerimento para parcelamento seja protocolizado até esta data, concedendo-se dispensa total da multa e seus acréscimos, e a dispensa dos juros nas seguintes proporções:

I - Para pagamento integral, em única parcela, com dispensa integral dos juros;

II - Para pagamento parcelado:

a) em até 12 (doze) parcelas, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor dos juros;

b) de 13 (treze) a 24 (vinte e quatro) parcelas, com dispensa de 50% (cinquenta por cento) do valor dos juros;

c) de 25 (vinte e cinco) a 50 (cinquenta) parcelas, com dispensa de 30% (trinta por cento) do valor dos juros;

d) de 51 (cinquenta e uma) a 75 (setenta e cinco) parcelas, com dispensa de 20% (vinte por cento) do valor dos juros;

e) de 76 (setenta e seis) a 100 (cem) parcelas, com dispensa de até 10% (dez por cento) do valor dos juros.

§ 1º - O valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 2001, nem a R\$100,00 (cem reais), devendo a primeira parcela ser paga até 30 de outubro de 2001 e as demais até o último dia dos meses subsequentes.

§ 2º - Para os efeitos desta lei, os juros de mora, vencidos e vincendos, serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, não cumulativos.

§ 3º - Estando o crédito ajuizado para cobrança executiva, deverá o pedido de parcelamento ser instituído com recibo do pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios.

§ 4º - O parcelamento será automaticamente revogado na hipótese de ocorrer inadimplência de 6 (seis) parcelas consecutivas ou não, e importará exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior se aplica, no que couber, aos contribuintes que espontaneamente, até 30 de setembro de 2002, mediante requerimento, reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Ficam cancelados os créditos tributários em que não haja exigência do imposto ou de sua atualização monetária.

Art. 4º - Esta lei aplica-se no que couber ao IPVA - imposto sobre veículos automotores - e ao ITCMD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação - vencidos até 31 de dezembro de 2001, desde que pagos em uma única parcela.

Art. 5º - O Poder Executivo, em 15 dias contados a partir da vigência desta lei, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento e para os cancelamentos dos créditos tributários de que trata a presente lei.

Art. 6º - Esta lei se aplica, inclusive, aos casos de dívidas já objeto de parcelamento e que por falta de pagamento foram objeto de rescisão e também aqueles que, em 28 de fevereiro de 2002, contavam com mais de 6 (seis) meses de atraso.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 216/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do nobre senhor deputado Ademar Traiano e outros, e objetiva incentivar o recolhimento de impostos estaduais em atraso, na forma em que especifica.

Procedida à análise da proposição, no que concerne à competência desta Comissão Permanente, nada encontramos que possa impedir a tramitação do presente projeto de lei, estando a proposta em perfeitas condições de merecer a deliberação do soberano Plenário desta Casa, sendo acatada a proposta de emenda substitutiva geral do autor, interposta e também aprovada na douta Comissão de Constituição e Justiça.

Em sendo assim, esta Comissão de Finanças manifestar seu parecer favorável à proposição em epígrafe, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.05.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o projeto de autoria de diversos deputados, trata-se do incentivo ao recolhimento dos impostos estaduais, mas acaba no seu bojo, abatendo

multas e juros daqueles que atrasaram com a responsabilidade junto ao Estado do Paraná.

Quero nessa 1ª Discussão, senhor presidente, votar contrário porque essa lei vai contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não pode de maneira alguma, você eliminar recursos oriundos de impostos.

Reservo-me o direito de votar de acordo com o mérito que sou favorável, em 2ª Discussão. Como em 1ª Discussão nós tratamos da legalidade e da Constitucionalidade, o deputado Irineu Colombo vota contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu voto também na mesma linha, pela inconstitucionalidade. Não cabe iniciativa de parlamentar. O meu voto, posso até entender o mérito da matéria, mas pela constitucionalidade, o meu voto, já na Comissão de Constituição e Justiça, foi contrário. Portanto, permaneço no voto contrário pela constitucionalidade e legalidade.

O SR. NEREU MOURA

Eu também, senhor presidente, voto contrário a esse projeto.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito àqueles que vão encaminhar, que encaminhem e os depurados que somente vão votar, nós vamos colocar em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o projeto pode ter o seu caráter em contribuir para a regularização das contas e tributos atrasados, mas, a começar pelo artigo 1º, no seu inciso II, letra de "A" a "E", em que dão desconto de 08 a 10% nos juros. O estado não pode dispensar juros, o que ele pode dispensar, dentro de um projeto, são as multas. E, para dispensar os juros, qualquer ente público teria que fazer o impacto de acordo com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, e nós não estamos verificando isso aqui.

Reconheço a colocação do deputado Traiano de buscar contribuir para que o empresariado possa se regularizar e se habilitar, inclusive dentro da vida civil, mas dentro desta posição nós não teremos condições de votar favorável. O meu voto é contrário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação. Os senhores deputados que votam favorável ao projeto, permaneçam como estão.

Quinze deputados votam contrariamente à aprovação do projeto. Está **Aprovado** o projeto.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo ceder imóvel situado no município de Guaratuba à Colônia de Pescadores Z-7. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2002, de 16.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 226/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Nelson Justus, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel situado no município de Guaratuba à Colônia de Pescadores Z-7.

Chamada esta Comissão a se manifestar pela legalidade e constitucionalidade da matéria, verificamos que nada obsta à sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Débora Dias, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 243/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Débora Dias, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tec-

nológico do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 245/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração-Crer, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 249/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração.

Chamada esta Comissão de Constituição de Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 249/2002

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Ensino e Reintegração, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoio: Marcos Isfer

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações do Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações do Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer Favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 251/2002

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações do Jardim Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoio: Marcos Isfer

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1372, de autoria dos deputados Caíto Quintana e Algaci Túlio, com apoio dos deputados Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, sei que V. Exa. já leu o teor do requerimento.

Entretanto, eu estava conversando aqui com o deputado José Maria, assuntos que estão inclusive presentes nesta Ordem do Dia, e gostaria que V. Exa. pudesse repetir.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Súmula: “Requer à Secretaria de Estado da Segurança Pública o encaminhamento a esta Casa de Leis, de cópia do relatório final das investigações da morte do deputado Tiago Amorim Novaes, no prazo de vinte e quatro horas”.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu vou encaminhar favoravelmente à aprovação deste requerimento, haja vista que o deputado Tiago Amorim, o ex-deputado Tiago Amorim, sempre foi companheiro de todos nós na Assembléia Legislativa, e entendo que é público o relatório e que ele deva ser encaminhado ao Ministério Público e deva também ser encaminhado à Assembléia Legislativa.

Quero até dizer ao nobre deputado Nereu, e aos demais deputados, que só após a manifestação do Ministério Público nós saberemos se há elementos para o oferecimento da denúncia contra os acusados ou não, razão pela qual estou até antecipando aqui, Nereu, que qualquer medida política como a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas ou os culpados, ou os responsáveis pela morte do deputado Tiago Amorim, por respeito ao direito nós deveremos aguardar o pronunciamento do Ministério Público.

Uma vez que o Ministério Público se pronuncie denunciando os acusados, os possíveis culpados, automaticamente teremos o caso evidenciado ou esclarecido. Se lhe faltar elementos para o oferecimento da denúncia, aí politicamente poderemos analisar quais serão os caminhos que a Assembléia Legislativa poderá tomar. E, ainda, enfatizar, como esse relatório segue para o Ministério Público, tenho para mim deputado Algaci Túlio, que deva seguir também para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e deva ser definitivamente esclarecida a morte do nosso colega Tiago Amorim.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu respeito as colocações do deputado Durval Amaral, Líder do Governo, mas não posso concordar que qualquer atitude, deputado Durval Amaral, que se tome com relação à constituição de uma CPI nesta Casa, possa ser medida política. Ora! Depois de quase cinco meses da morte de um companheiro nosso, nós estamos aguardando, demos tempo suficiente para o aparelho de segurança elucidar a situação e ele não o faz! Agora, a Assembléia fica de mãos atadas e o deputado Durval Amaral afirma que não aceita medidas políti-

cas, defender a elucidação de um assassinato de quem quer que seja, mas estamos tratando de um companheiro nosso, que segundo a imprensa de hoje, foi eliminado porque tinha denúncias a fazer, especialmente da polícia, até para o próprio Governo que está à proteger o crime organizado.

É impossível que nós, depois de cinco meses, ao abrir a possibilidade de uma CPI ela possa ser política, deputado Durval Amaral.

Não posso concordar. Respeito, mas precisamos do respeito, sobretudo, da história da vida do deputado Tiago Amorim.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado José Maria, não querendo contraditar, mas efetivamente pelo que eu conheço e também, todos nós sabemos que a CPI é um instrumento político do Parlamento, não há que se falar em CPI que não seja política.

Então, acho que aí é uma questão de lógica.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Política de segurança! Nós precisamos de segurança no Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é até constrangedor que tenhamos que assinar um requerimento pedindo em favor de um parlamentar desta Casa. De qualquer maneira, foi o instrumento que nós utilizamos hoje, aqui, em função da falta até de consideração da Secretaria de Segurança Pública que esteve aqui presente no plenarinho desta Casa em uma Sessão secreta, e nos garantido naquele momento que todos os passos seguintes seriam repassados a esta Casa. Infelizmente isto não aconteceu. E ontem, o delegado especial encaminhou ao Ministério Público e esqueceu de encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não precisaríamos votar requerimento, não precisaríamos criar uma CPI se tivéssemos realmente, desde o começo, exigido investigações sérias e com a presença da Polícia Federal.

Entendo a posição do deputado Durval Amaral, mas nós sabemos que o Ministério Público, já que o próprio relatório, pelo que a imprensa fala hoje, não é conclusivo, não é afirmativo, não diz que o autor oficialmente, o mandante do crime e o superintendente. Ele fala que um suposto Guinho é o autor do assassinato. O que vai acontecer? O Ministério Público, a primeira coisa que vai fazer, vai devolver à Secretaria da Segurança Pública e pedir durante mais trinta dias novas investigações e a Casa vai permanecer sem ter um trabalho mais profundo de investigação. Independente do Ministério Público, independente até do Relatório Final, nós já devíamos ter feito uma CPI para esclarecer a morte do deputado Tiago Amorim.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nota-se com clareza que a Bancada do Governo trata este assunto com muita preocupação, e nota-se também com clareza, que há aqui, por parte da maioria dos senhores deputados, a vontade de realizar esta CPI, a fim de que possamos elucidar este caso.

Encareço a V. Exa., senhor presidente, reforçando as palavras do deputado Algaci Tulio, no sentido de que faça prosseguir a intenção dos deputados de instalarmos a CPI, a fim de que possamos elucidar o caso do deputado Tiago Amorim Novaes, e também a questão de Almirante Tamandaré.

A questão da segurança pública no Estado do Paraná tem transcendido aos nossos limites de tolerância e acho que cabe a esta Casa uma medida concreta no sentido de avançarmos nas investigações, tornando público, evidenciando todo o sistema de aparato da segurança pública do Estado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Conversei neste instante com o secretário da Segurança Pública e não há óbice nenhum, como havia realmente feito aqui o encaminhamento, pela aprovação do requerimento.

Entretanto, quero encarecer ao deputado Algaci Tulio, que ele coloca um prazo de 24 horas para que este relatório seja encaminhado. O prazo para o oferecimento da denúncia do Ministério Público, deputado Nereu e senhores deputados, vence na próxima sexta-feira. Neste momento existem várias equipes na captura do autor do crime. Se nesse relatório, inclusive, do delegado de polícia, existem alguns detalhes que constam do relatório que não posso aqui declinar neste momento, que poderia efetivamente fazer com que as pessoas que estão sendo indicadas, que certamente serão denunciadas ao se tornar público o teor desse relatório, elas poderiam fugir.

Então, peço ao nobre deputado Algaci Tulio, será respondido, vamos aprovar, mas só para que se tire este prazo de 24 horas, e será encaminhado a V. Exa. e a todos os deputados no menor espaço de tempo possível.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só para contra-argumentar, o requerimento não é mais de autoria do deputado Algaci Tulio, é de quase 30 parlamentares.

Eu entendo - veja bem, ninguém aqui seria leviano de publicar qualquer acordo nesse relatório. Esse relatório seria entregue ao presidente da Assembléia Legislativa que, numa reunião secreta repassaria ao senhores parlamentares o seu conteúdo. Ninguém vai ser infantil, ninguém vai ser irresponsável de sair por aí publicando o que não é para ser publicado, ainda.

Então, encareço ao deputado Durval Amaral, que o envio deste requerimento não virá para a minha mão. Virá para as mãos do presidente da Comissão Executiva da Casa, que passará as informações a nós, parlamenta-

res, do que foi concluído. Não vamos aqui irresponsavelmente atrapalhar as investigações e publicar aquilo que não é para ser publicado. Fica aqui um compromisso de honra dos senhores parlamentares que ninguém vai repassar à imprensa nada daquilo que não possa ser repassado. Apenas isto.

Se tirar o 24 horas, deputado Durval Amaral, isto aqui vai chegar no mês que vem. Aí já perdeu o sentido também.

O SR. NEREU MOURA

Este assunto já foi encerrado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 1229, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Dezenove parlamentares aprovam.

Vinte e quatro parlamentares rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Depois, reclamam que o Tribunal está tomando competência nossa.

Depois, não reclamem do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 1230, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Rejeitado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Vinte parlamentares aprovam.

Vinte e seis parlamentares rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1231, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, a nossa intenção não é outra senão a de conhecer com mais profundidade, a finalidade a que se destina esse empréstimo de 100 milhões de dólares, que está sendo buscado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através do Paranacidade.

Entendo que aí não reside nenhuma dificuldade por parte da Secretaria em trazer ao conhecimento deste Plenário aquilo que pretendemos esclarecer, porque afinal de contas trata-se de um pedido de empréstimo, em tantas outras oportunidades neste governo, inclusive em governos anteriores, quando se tratava de solicitação de empréstimos, secretário do Planejamento, secretário da Fazenda, chefe da Casa Civil, em muitas oportunidades vieram aqui à Assembléia relatar o que se pretendia com o empréstimo.

Esta é a razão de convidarmos o Dr. Santoro para vir aqui. Nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O líder do Governo retira a verificação. Está em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1248, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

20 deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

25 deputados rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1249, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

19 deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

26 deputados rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1310, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Eu gostaria que V. Exa. desse ciência dos motivos das congratulações, porque é envio de expediente à Klabin.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Requer envio de expediente e não congratulações. Vou solicitar ao 1º secretário, a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ricardo Maia**)

(Lê):

“Requer envio de expediente ao senhor secretário de Estado do Meio Ambiente e ao presidente da Empresa Klabin, conforme especifica.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao secretário do Meio Ambiente, Dr. José Andreguetta e ao diretor da Empresa Klabin, no sentido de realizarem estudos necessários que venham equacionar definitivamente a escada de peixes localizada na Usina Hidrelétrica de Mauá, no Rio Tibagi”.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, reitero o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1311, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado Zuk queiram levantar-se.

19 aprovam.

26 deputados rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1312, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

20 deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

26 deputados rejeitam.

Está **rejeitado.**

Requerimento nº 1313, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, o policial o qual nós pedimos a transferência é um policial que fez uma denúncia de um crime de racismo ocorrido dentro da Polícia Militar e vem sofrendo perseguição e uma série de processos con-

tra a sua pessoa. Estamos pedindo a sua transferência para a Promotoria de Investigações Criminais, para que lá fique protegido das perseguições que tem sofrido.

Da mesma forma, como o requerimento anterior, nós sabemos apenas o número e que tipo de processo nós temos, envolvendo policiais militares e civis, uma vez que cada vez mais chegam a esta Casa denúncias de envolvimento da Polícia em crimes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. **Apovado.**

Requerimento nº 1315, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, a Serlopar não tem prestado contas de sua arrecadação e é importante que nós, da Assembléia Legislativa, fiquemos sabendo como está operando a Serlopar no Paraná, qual é a movimentação e que informe a esta Casa! É muito importante isso!

Segunda questão: as informações que eu busco é com relação a uma empresa que atua junto à Serlopar. Eu não vou fazer nenhuma ilação. Eu gostaria que o requerimento fosse aprovado, porque eu tenho em minhas mãos uma série de denúncias. Não vou fazer ilação sobre isso ou sobre aquilo, mas gostaria muito que o requerimento fosse aprovado, porque se não for aprovado, algumas teses que me trouxeram, infelizmente, não posso mostrar, poderão se confirmar, inclusive, na votação.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A mesa fará a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. IRINEU COLOMBO

Gostaria de registrar o nome dos deputados que votaram favoravelmente.

“Deputados Augustinho Zucchi, Irineu Colombo, Ademir Bier, Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Pastor Edson, Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Antonio Anibelli, Orlando Pessuti, Algaci Tulio e Valdir Rossoni”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dezessete aprovam.

Os deputados que não aprovam, queriam levantar-se.

Vinte e quatro rejeitam.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento n° 1317, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Encaminhe-se, na forma do requerido.**

Deputado Irineu Colombo, tem um requerimento de V. Exa., dirigido ao superintendente Regional do Incra, e nós parlamentares da Assembléia Legislativa do Paraná, podemos até solicitar as informações de V. Exa... nós parlamentares não temos força regimental para solicitar.

O SR. IRINEU COLOMBO

Correto! Talvez seja um erro da assessoria, mas é para expedir o pedido de informação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Presidência fará esse encaminhamento.

Requerimento n° 1319, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1329, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1330, de autoria da deputada Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1331 a 1335, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1337 e 1338, de autoria da deputada Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1340, de autoria da deputada Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1341, de autoria da deputada Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1345, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1346, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados. Nós temos uma série de requerimentos. Vou aproveitar para falar uma vez e falar de todos. São requerimentos de valores realmente expressivos. Por exemplo, são seis milhões seiscentos e cinquenta e nove, que é uma concorrência da restauração dos trechos da BR-487, que precisamos conhecer o contrato, conhecer o próprio processo de licitação. Ou da Sedu Paranacidade, que são quinhentos e vinte milhões, que acho até, senhor líder do Governo, que o Diário Oficial deve ter imprimido errado, porque quinhentos e vinte milhões para o município de Antonina é muito recurso! Ou para o município de União da Vitória, se bem que lá tem dois deputados, Valdir Rossoni e Antonio Anibelli, 3 bilhões e meio para União da Vitória do Sedu Paranacidade, através do Extrato 049/2000, publicado no Diário Oficial 6215, e aí, para a cidade de Campo Mourão, 400 mil reais, que a Secretaria da Sedu e o Paranacidade, gostaria de conhecer esse processo, ou para o município Paranacidade em convênio com os municípios.

O Diário Oficial trouxe os protocolos; não trouxe valor, não trouxe data de empenho, não trouxe nada, só trouxe uma relação de quase uma página.

É importante uma relação de quase uma página!

É importante que nós conheçamos, porque os próprios deputados não estão sabendo o que está acontecendo.

É um convênio, através do Decreto n° 5260 de 22.01.2000, referente convênio firmado entre a Paranacidade, Sedu, e os municípios.

O Extrato 530/2000, ou um empréstimo realizado pelo Governo do Estado do Paraná entre Japan Bank Internacional Corporation - JBIC que nós precisamos conhecer, são 69 milhões, e esse aqui é verdadeiro!

É verdadeiro esse número, nós precisamos conhecer o contrato, a empresa que venceu, como se deu essa licitação, ou ainda, quatro aditivo, e um tem o sexto aditivo da Secretaria da Segurança Pública referente à execução de obras.

Ora, o Estado do Paraná tem uma situação de calamidade, a nossa segurança, e nós estamos vendo requerimento, contratos de quatro, cinco, seis aditivos, e a segurança naquela situação!

Ou ainda, um outro da Secretaria da Segurança, de n° 4722 254, Diário Oficial dia 11 de abril que também está no seu sexto aditivo. Impressionante, seis aditivos num mesmo contrato!

O que nós estamos querendo saber com isso, senhor presidente? É apenas conhecer, porque todos eles vão dar um pouco de trabalho e eu vou ter que fazer uma ação popular contra o governador, pedindo e solicitando informações.

O Governo vai ser citado, eu vou causar um constrangimento ao próprio governo, para que ele possa falar na ação popular.

Eu não vejo porque esta Casa não possa dar explicações e tornar essas informações públicas.

Peço a compreensão do líder do Governo para que faça com que a sua Bancada também tenha conhecimento. Eu tenho certeza que aquela relação do Diário Oficial, os deputados não sabem o que está publicado ali, porque está em forma de convênio, não tem empenho, não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o primeiro requerimento do deputado José Maria. Requer cópia do Contrato nº 194/2002 entre o DER e Antonio Moura & Cia. Ltda. **Aprovado.**

Requerimento nº 1347, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, qual o teor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Um convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Paracidade, no valor de R\$520 milhões, com Antonina.

O SR. DURVAL AMARAL

Se o deputado José Maria Ferreira retirar o requerimento, eu vou solicitar que venha a cópia do convênio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência retira?...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Retiro. Quero saber a informação.

Se ele puder me prestar, não tem problema.

O SR. DURVAL AMARAL

Então, encaminhamos esse.

Requerimento nº 1348, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação. Os deputados que aprovam o requerimento do deputado José Maria Ferreira, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muitos de vocês não sabem o que está sendo aprovado, o Tureck não sabe, e boa parte da base do Governo não sabe o que está sendo aprovado lá.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

19 deputados aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

24 deputados.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1349, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Aprovado.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, sinceramente, acho poucos os recursos para União da Vitória apenas três bilhões. Então, voto favorável ao requerimento do deputado José Maria Ferreira, pois ainda estou descontente com o governador por esse entendimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quem aprova o requerimento, por gentileza, permaneça como está. **Aprovado.**

Requerimento nº 1350, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente.

Eu requeri ao deputado Durval Amaral, até em respeito a esta Casa, porque ali não tem nada no Diário Oficial e nós não sabemos e com certeza grande parte da Bancada do Governo também não sabe, o que está sendo publicado ali. É uma página inteira com município e um código, que agora não me recordo se era empenho ou termos de contrato.

Precisamos conhecer essas informações, não sabemos valor, para qual objeto, não sabemos nada!

Deputado Durval Amaral, esta Casa não pode passar dessa forma! Portanto, encareço a V. Exa., pois vai ser ridículo eu chegar na Justiça pedindo explicação de um Diário Oficial desse tipo, sem ter sido submetida à apreciação desta Casa e a Casa não ter aprovado.

É essa questão que faço, não estou tripudiando, só comecei a ter o hábito de ler o Diário Oficial e estou encontrando algumas situações extremamente curiosas lá dentro que precisam de explicações.

Só isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam queiram levantar-se.

19 parlamentares.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

24 parlamentares.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Queria sua permissão para fazer o registro daqueles que votaram favorável à aprovação desse requerimento, tendo em vista, que é a maior aberração que já encontrei no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Registro voto favorável dos deputados: Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Ademir Bier, Edson Strapasson, Caíto Quintana, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Ricardo Chab, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Algaci Tulio, Waldyr Pugliesi, Antonio Anibelli e deste que vos fala.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Requerimento nº 1351, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

19 parlamentares.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

24 parlamentares.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente!

Gostaria de novamente, de solicitar a V. Exa. a permissão para fazer o registro. Poderia constar os mesmos.

Continuam os mesmos na Oposição, fazendo os mesmos registros.

Mas quero dizer que são sessenta e nove milhões de reais numa obra que eu não sei o que é! Não conheço a obra, não sei aonde é. Deve ser no Paraná. Gostaria de conhecer essas informações que estão sendo negadas pela Bancada que dá sustentação ao Governo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos convidar o ex-secretário Hitoshi para vir prestar as informações aqui.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Prestar em outro lugar e outro fórum.

Requerimento nº 1352, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

19 parlamentares.

Os deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

24 parlamentares.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1353, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os parlamentares que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

19 parlamentares.

Os parlamentares que rejeitam, queiram levantar-se.

24 parlamentares.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimentos nºs 1355 a 1364, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1366 e 1367, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1368, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1369, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1371, de autoria da deputada Luciana Rafagnin e do deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1374, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1286 a 1290, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1337, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os parlamentares que aprovam, queiram levantar-se.
19 parlamentares.

Os parlamentares que rejeitam, queiram levantar-se.
25 parlamentares.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1138, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, queiram levantar-se.
19 parlamentares.

Senhores deputados que rejeitam o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, queiram levantar-se.
24 parlamentares.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Já é matéria vencida, mas é interessante, porque o deputado Vanhoni quer saber quanto a América Latina Logística recolheu de imposto para o Estado e nós não podemos saber! A América Latina Logística é uma empresa privada. Eu acho que esta Casa, todos nós aqui queremos saber quanto a América Latina Logística recolheu para o Estado do Paraná.

Parece-me que é esse o teor do requerimento e nós votamos contra?!

O SR. DURVAL AMARAL

Para responder ao nobre deputado Algaci Tulio, é só ler o artigo 198 do Código Tributário Nacional que trata do sigilo fiscal. É matéria expressamente vedada pelo Código Tributário Nacional e pela Constituição Federal prestar informação de contribuintes: de quanto ele arrecada ou deixa de arrecadar, razão pela qual está sendo efetivamente negado neste momento.

Requerimento nº 1196, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente de sessão anterior. **Encaminhe-se conforme requerido.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está com a sua discussão adiada. Nós só vamos encaminhar ao Ministro, como sugestão.

Requerimento nº 1181, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente de sessão anterior. Não acatado pela Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para encaminhar. É o da Ferrari, não é senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Inicialmente, senhor presidente, para que todos possam rememorar, eu gostaria que V. Exa. determinasse ao 1º Secretário a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário, deputado Ricardo Maia, a leitura do requerimento.

O SR. RICARDO MAIA

Exmo. Sr. presidente da Assembléia Legislativa:

O deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto e soberano Plenário, votos de protesto à decisão tomada pela escuderia Ferrari junto ao Grande Prêmio da Áustria do dia 12 de maio de 2002.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, quero conclamar a este Plenário que reprovemos este requerimento, porque não tem sentido nenhum a Assembléia Legislativa se envolver neste tipo de coisa. O deputado, no dia em que se pronunciou a esse respeito, é lógico que todos nós ficamos chateados com o que aconteceu, mas ele chegou a dizer que nós tínhamos que conhecer o inteiro teor do contrato firmado por Rubens Barrichello e pela Ferrari.

Nós não conhecemos os contratos que temos aqui do Paraná, quem dirá este! Então, desculpe-me o meu amigo italiano Kielse, mas entendo que requerimento não deva ser acatado pela Assembléia.

Por isso, encaminhado contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Presidência deixa de acatar o requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é que V. Exa., se não acatasse, mas que sugerisse, então, a votação para a próxima semana, porque agora, como tem Grande Prêmio em Mônaco, uma decisão como esta da Assembléia poderia afetar o desempenho da escuderia na próxima corrida.

Então, não gostaríamos de prejudicar a escuderia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência já decidiu arquivar o requerimento.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Eu acho que até, aparentemente, depois que passou, esse tema não deva ser discutido, também não quero ser professoral aqui, mas, acho que a Assembléia deveria mandar um voto de repúdio, porque nós temos até a compreensão e a maturidade em determinados momentos, de entendermos alguns assuntos, mas a nossa capacidade de indignação não pode ficar fora.

Naquela oportunidade me pronunciei aqui dizendo, senhor presidente, que, na verdade, é infeliz aquela nação que não tem heróis a cultivar, que não tem a sua história a ser contada. O País inteiro chorou quando morreu o Ayrton Senna, que era um bom caráter, que certa feita, exatamente na posição que estava esse Rubens Barrichello, na mesma situação, ele parou o carro dele para outro passar. Até aí tudo bem.

Agora nós aqui temos a responsabilidade na formação do caráter, principalmente das crianças. Eu vi uma quantidade muito grande, inclusive na minha própria casa, de crianças vendo a corrida em que esse interesseiro, esse Rubinho Barrichello estava utilizando-se do primeiro lugar da corrida e, de repente, pára, para que o outro ganhe.

Então, eu quero saber como é que os pais, não só aqui no Brasil, mas no mundo inteiro, vão informar ao filho que a vida é traquinagem, que a vida ganha quem tem mais esperteza. Eu acho que a Assembléia deveria se indignar, sim, e não deveria ser voto de “bagre” ou tom de “bagre” nesta votação.

O deputado Kielse, quando foi ali, manifestou o desejo de milhares de pessoas, não só do Brasil, do mundo inteiro, que é a capacidade de indignar-se. Acho até que o senhor Rubens Barrichello, se tiver interesse de fazer corrida para ver dólar no bolso, ele que tercerize uma bandeira, não use a bandeira do Brasil, porque isso é uma forma em que o Poder aqui tem pelo menos que passar para a frente.

Somos um país novo, ainda não temos números suficientes em termos financeiros para competir com o resto do Mundo, mas pelo menos o País tem dignidade, e nós estamos ensinando isso às crianças.

E para terminar, eu acho que o Rubens Barrichello, que está fazendo agora a cidadania italiana, está dando como opção, fica aqui uma sugestão que foi dada pelo Jô Soares: podia deixar o nome dele como Rubens Ferrari Barrichello ou Barrichello Ferrari Secondo, que é o que se chama lá na Itália.

Eu acho isso uma vergonha, e acho que a Assembléia deveria, sim, mandar um requerimento desses, pelo menos para mostrar a nossa postura, que temos a preocupação na formação do caráter das nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimentos nºs 1140 e 1142, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1182, de autoria do deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1237, 1277, 1278 e 1342, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1257, de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1260 e 1373, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1268, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1280, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1282, de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1283, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1284, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1296, de autoria dos deputados Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1297, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1298 a 1300, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1301, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1308, de autoria do deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1295 a 1374-A, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1320, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1325, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1192, 1197 e 1198, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

São dois requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

São três requerimentos do deputado Algaci Tulio.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu quero fazer um apelo ao nobre deputado Algaci Tulio para que retire os seus requerimentos, e eu encaminharei pessoalmente na próxima semana a resposta deles, ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós já pudemos ver, em votações anteriores, que nós perdemos todas hoje aqui. Se o deputado Durval se compromete a me trazer as informações em um prazo inferior ao que é estabelecido pelo Regimento da Casa, de trinta dias, eu aceito e retiro-os.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os três requerimentos, nobre deputado?

O SR. ALGACI TULIO

Os três requerimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão retirados os três requerimentos, pelo autor.

O SR. NELSON TURECK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria registrar a presença do prefeito da cidade de Boa Esperança, Cláudio Gotardo, e também a presença do prefeito da cidade de

Janiópolis, e também o seu vice-prefeito, o Almir; assim como o nosso prefeito que vem prestigiando e fazendo um grande trabalho lá no nosso interior do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a presença dos ilustres visitantes a este Poder Legislativo.

Quero participar aos parlamentares que nós teremos outra sessão, para a análise de vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 371/99, 129/2000 e 020/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 22 e 236/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 568/2001, 006, 081, 167, 177, 216, 226, 243, 245, 249 e 251/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 449, 674, 675/2001, 149, 159, 324/2002, e do Projeto de Resolução nº 011/2002.

Levanta-se a Sessão.